



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

Escola de Comunicação e Artes

Curso de Licenciatura em Jornalismo

**ANÁLISE DA LINGUAGEM JORNALÍSTICA NAS MATÉRIAS SOBRE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**CASO DE ESTUDO: JORNAIS “NOTÍCIAS” E “O PAÍS” (OUTUBRO A
DEZEMBRO DE 2021)**

Candidata: Sónia Penina Bernardo Cumbe

Supervisor: Dr. Ernesto Nhatsumbo

Maputo, Dezembro de 2022

Escola de Comunicação e Artes
Curso de Licenciatura em Jornalismo

**ANÁLISE DA LINGUAGEM JORNALÍSTICA NAS MATÉRIAS SOBRE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS
CASO DE ESTUDO: JORNAIS “NOTÍCIAS” E “O PAÍS” (OUTUBRO A
DEZEMBRO DE 2021)**

Monografia apresentada na Escola de Comunicação e Artes,
como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura
em Jornalismo.

Candidata: Sónia Penina Bernardo Cumbe

Supervisor: Dr. Ernesto Nhatsumbo

Maputo, Dezembro de 2022

Escola de Comunicação e Artes
Curso de Licenciatura em Jornalismo

**ANÁLISE DA LINGUAGEM JORNALÍSTICA NAS MATÉRIAS SOBRE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS
CASO DE ESTUDO: JORNAIS “NOTÍCIAS” E “O PAÍS” (OUTUBRO A
DEZEMBRO DE 2021)**

Monografia apresentada na Escola de Comunicação e Artes,
como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura
em Jornalismo.

Autora: Sónia Penina Bernardo Cumbe

JÚRI

Presidente: Adão Matimbe

Supervisor: Ernesto Nhatsumbo

Oponente: Júlio Manjate

DEDICATÓRIA

A todos que apoiaram a minha formação e acreditaram em mim!

À minha mãe que ajudou incansavelmente e com todos os recursos possíveis para que este sonho hoje fosse real.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me guiou e me protegeu durante esta jornada académica.

À minha mãe, Sónia Tembe, e aos meus irmãos, Bernardina Cumbe, Monteiro Cumbe e Adnícia Cumbe, pelo suporte.

Ao meu grande e melhor orientador, Dr. Ernesto Nhatsumbo, sem o qual este trabalho não seria possível. Agradeço imenso por sua disponibilidade e prontidão, de tal forma que acabou por se tornar numa referência e fonte de inspiração pela sua flexibilidade e eficiência na leitura e correcção deste trabalho.

Ao meu pai, Bernardo Cumbe, meus queridos irmãos Cumbe, amigos, irmãos em Cristo, colegas e docentes da Escola de Comunicação e Artes, colegas e chefes do trabalho e do estágio, colaboradores da Biblioteca Camões e Arquivo da Biblioteca Nacional. Muito obrigada a todos, todos, todos e todos!

Aos restantes membros das famílias Tembe e Cumbe, estendem-se os meus agradecimentos.

A todos que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para esta formação.

EPÍGRAFE

“É hora de dizer basta. Basta de brutalizar a biodiversidade, basta de matarmo-nos a nós mesmos com carbono, basta de tratar a natureza como um vaso sanitário e de cavar a nossa própria sepultura”.

António Guterres, 2021 (COP 26).

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a linguagem jornalística usada nas matérias sobre mudanças climáticas, publicadas pelo *Jornal Notícias* e pelo jornal *O País*, durante o período de Outubro a Dezembro de 2021.

O trabalho pretende verificar a simplicidade, a clareza, a concisão e a correcção nas notícias e reportagens sobre mudanças climáticas, publicadas pelos jornais em estudo, como também, averiguar a acessibilidade do vocabulário, para perceber se os termos técnicos foram devidamente simplificados

Com recurso ao método qualitativo, foram analisadas 20 matérias (notícias e reportagens), sendo 10 de cada jornal, para entender até que ponto as matérias sobre alterações climáticas foram acessíveis para o leitor. E na busca pela resposta, foram estabelecidas duas hipóteses: a) a linguagem usada nas matérias sobre mudanças climáticas publicadas nos jornais *Notícias* e *O País* é acessível porque os textos observam os principais critérios da escrita jornalística; e b) a linguagem usada nas matérias sobre mudanças climáticas, no jornal *O País* é menos acessível se comparado ao *Notícias* devido ao uso de expressões técnicas e períodos e frases longas, o que dificulta a compreensão do leitor.

Feita a análise das matérias de cada um dos jornais, foi confirmada a segunda hipótese, acrescentando que nenhum dos dois jornais conseguiu apresentar, em todos os textos, os quatro princípios seleccionados.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas, Cobertura Jornalística, Linguagem Acessível.

ABSTRACT

This research sought to analyse the journalistic language used in the stories about climate change, published by the newspapers Jornal Notícias and O País, during the period from October to December 2021.

With specifically defined objectives the work intended to verify the simplicity, clarity, conciseness and correctness in news and reports on climate change, published by the newspapers under study, as well as investigate the accessibility of vocabulary, to understand if the technical terms were properly simplified.

Using the qualitative method, 20 stories (news and reports) were analysed, being 10 from each newspaper, to understand to what extent the stories on climate change were accessible to the reader. And in the search for the answer two hypotheses were established: a) the language used in the articles on climate change published in the newspapers Notícias and O País is accessible because the texts observe the main criteria of journalistic writing; and b) the language used in the articles on climate change, in the newspaper O País is less accessible if compared to the Notícias due to the use of very technical expressions and long periods and sentences, which hinders the reader's understanding.

After analysing the articles from each newspaper, the second hypothesis was confirmed, adding that neither of the two newspapers managed to present in all the texts the four selected principles.

Keywords: Climate Change, Journalistic Coverage, Accessible Language.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CH4 – Gás Metano

COP 26 – 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

CO2 – Gás Carbónico ou Dióxido de Carbono

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CQNUMC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

ECA – Escola de Comunicação e Artes

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

GEE – Gases de Efeito Estufa

INAM – Instituto Nacional de Meteorologia

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

MADER – Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural

NDC – Contribuição Nacionalmente Determinada

N2O – Óxido Nitroso

ONU – Organização das Nações Unidas

PM – Primeiro-Ministro

PMA – Programa Alimentar Mundial

RSA – República da África do Sul

SPIPA - Strategic Partnerships for Implementation of the Paris Agreement

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS.....	v
EPÍGRAFE.....	vi
RESUMO	vii
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	ix
CAPÍTULO I.....	1
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Problemática.....	2
1.2. Justificativa.....	3
1.3. Objectivos	4
1.4. Hipóteses	4
CAPÍTULO II	6
2. QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	6
2.1. Mudanças Climáticas	6
2.2. Factores Humanos na Ocorrência das Mudanças Climáticas.....	7
2.3. Impacto das Mudanças Climáticas em Moçambique	8
2.4. Mitigação e Adaptação.....	9
2.5. Cobertura jornalística de matérias sobre mudanças climáticas	10
2.6. Géneros jornalísticos informativos.....	11
2.7. Linguagem jornalística.....	12
2.8. Responsabilidade Social do Jornalismo	14
CAPÍTULO III.....	15
3. METODOLOGIA	15
3.1. Método Qualitativo	15
3.2. Amostragem	16
3.3. Entrevista.....	17
3.4. Categorias de Análise.....	18
3.5. Breve Historial dos Jornais em Estudo.....	21
3.5.1. <i>Jornal Notícias</i>	21
3.5.2. <i>Jornal O País</i>	22
CAPÍTULO IV	23
4. APRESENTAÇÃO DE DADOS	23
CAPÍTULO V	35
5. CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
ANEXOS.....	42

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas apresentam, actualmente, efeitos cada vez mais visíveis a nível global, como também, de forma particular, impactos negativos no nosso país. Algumas das consequências notórias são as chuvas intensas, as secas, o calor intenso e os ciclones que ocorrem de forma recorrente.

Embora os resultados das alterações no clima sejam tão destrutivos, parte da população desconhece as causas do surgimento destes fenómenos e pouco sabe sobre o seu papel para a mitigação e a adaptação.

Neste contexto, um dos elementos-chave para informar as comunidades sobre os assuntos relacionados a esta temática, são os meios de comunicação social, devido ao seu grande poder de abrangência e a sua capacidade de educar por meio de relatos reais e concretos.

Tendo este relevante papel de comunicar ao público, há uma necessidade de estas matérias publicadas pela mídia serem apresentadas de forma simples, clara e concisa para alcançarem o maior número de leitores possível. Assuntos sobre as mudanças climáticas, muitas vezes, apresentam-se de forma científica e Moçambique é um país onde ainda prevalecem altos níveis de analfabetismo.

Assim sendo, a pesquisa procurou saber até ponto a linguagem presente nas matérias sobre as mudanças climáticas, nos jornais “Notícias” e “O País”, é acessível aos leitores. Para o efeito, foram analisadas, qualitativamente, um total de 20 notícias e reportagens (de Outubro a Dezembro de 2021), sendo 10 de cada jornal. Para a obtenção da resposta, foram cogitadas duas hipóteses, a primeira que indica que a linguagem usada nas matérias sobre mudanças climáticas publicadas nos jornais *Notícias* e *O País* é acessível porque os textos observam os principais critérios da escrita jornalística, e a segunda hipótese que defende que a linguagem usada nas matérias sobre mudanças climáticas, no jornal *O País* é pouco acessível se comparado ao *Notícias* devido ao uso de expressões técnicas e períodos e frases longas, o que dificulta a compreensão pelo leitor.

A análise de cada uma das matérias foi baseada nos princípios da linguagem e escrita jornalística, sendo categorizadas por critérios da simplicidade, clareza, concisão e correcção.

1.1. Problemática

A adaptação e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, em Moçambique e no mundo, necessitam da intervenção de vários actores, incluindo a classe jornalística, através dos meios de comunicação social.

Segundo o *Strategic Partnerships for Implementation of the Paris Agreement – SPIPA* (2021:7), “o jornalismo é uma das instituições de maior confiança nas sociedades e tem um papel fundamental de contribuir para construir, amplificar e disseminar informação e conhecimento sobre mudanças climáticas”.

A mídia desempenha uma função extremamente importante, dado que é por meio dela que as autoridades e especialistas sobre clima e desastres comunicam a população sobre as mudanças climáticas, como também, através destes meios, reportam-se diversas notícias sobre acontecimentos resultantes destas alterações. No entanto, uma das questões preocupantes que se pode observar é a falta de conhecimento e entendimento das comunidades sobre esta temática.

Vianna (2007:44) entende que um dos maiores desafios a serem enfrentados no diálogo entre o jornalismo e a ciência surge do choque linguístico que existe entre a cultura científica e a cultura jornalística e quotidiana. Enquanto a primeira utiliza linguagem técnica e complexa, o jornalismo está voltado para um público de massa, composto por leigos em assuntos científicos.

No nosso país, muitos dos que continuam desinformados são pessoas de pouca escolaridade, que se encontram em zonas afectadas, de forma directa, pelos impactos das alterações climáticas, daí a necessidade de se garantir que os textos jornalísticos sobre este tema sejam acessíveis, usando uma linguagem simples, clara, concisa e objectiva, de forma a alcançar o maior número de leitores possível.

Contudo, este aspecto não é observado nalguns textos do jornal *O País*, como se pode observar no artigo publicado na página 32, da edição do dia 17 de Novembro de 2021, no texto *PMA apoia pequenos agricultores com medidas de resiliência climática para a campanha agrícola 2021-2022*, nota-se que o *lead* (o primeiro parágrafo da notícia) é bastante longo, contém tanta informação que, nalgum momento, ferre os princípios de simplicidade e concisão.

Por sua vez, o *Jornal Notícias* apresenta uma situação diferente, ligada aos princípios de correcção e clareza, na página 05, da edição 23 de Novembro de 2021, no texto *Urge melhorar inclusão na cobertura de eventos climáticos*, onde há uma situação de referenciação ambígua da fonte. O jornal inicia os parágrafos com os termos “indicou” “apontou” e não se percebe quem diz a informação. Embora estas notas pareçam minúsculas, podem, nalgum momento, interferir na percepção do leitor.

Estes e outros aspectos são alvos de estudo nesta pesquisa e análise, com o objectivo de contribuir na disseminação de informações de forma clara e acessível aos leitores e, quiçá, melhorar a compreensão de temas científicos como o de “Mudanças Climáticas”.

Portanto, esta pesquisa será guiada pela seguinte pergunta: *até que ponto a linguagem presente nas matérias sobre as mudanças climáticas, nos jornais “Notícias” e “O País”, é acessível aos leitores?*

1.2. Justificativa

As mudanças climáticas são uma realidade em Moçambique e no mundo. Nalgumas regiões do país, já se sentem os efeitos destas alterações no clima, e há uma necessidade de informar as comunidades sobre como as nossas acções podem contribuir para isso. Portanto, é, efectivamente, neste contexto que surge a mídia para reportar, seja em forma de notícias, reportagem, crónicas ou até mesmo entrevistas, sobre como a sociedade deve agir e se comportar para conservar o planeta.

Com efeito, esta pesquisa pretende trazer uma discussão reflexiva aos órgãos de comunicação social, para que dêem importância ao tema e que sejam mais acessíveis nas matérias jornalísticas sobre mudanças climáticas.

Com a acessibilidade nos textos, por parte dos jornais, os leitores podem levar mais em consideração o assunto, mudando alguns dos seus hábitos em relação ao meio ambiente. Neste sentido, seria possível mitigar o impacto das mudanças climáticas reduzindo as altas temperaturas que se sente nos últimos anos, as secas, as inundações, a perda da biodiversidade e de outras consequências advindas destes fenómenos.

Este trabalho não só vem para despertar a comunicação social, mas também beneficiar as comunidades desinformadas que carecem de receber, urgentemente, matérias de fácil compreensão sobre este tema.

A pesquisa pretende contribuir, em particular, para a academia, Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, gerando nos estudantes a ideia de que não basta apenas noticiar e relatar os factos, mas informar com intuito de gerar mudanças no leitor.

Deste modo, o trabalho vem recordar aos actuais e aos futuros profissionais de jornalismo que as nossas acções, com a escrita, podem prejudicar o meio ambiente através das alterações climáticas. Assim, os comunicadores podem participar para a redução dos impactos negativos que acabam por se reflectir na vida de todos nós.

Desta forma, podemos fazer valer a ciência aplicando-a às comunidades, e de certa forma, acompanhar problemas modernos e reportar consoante o público que acompanha as notícias.

1.3. Objectivos

Gerais:

- Analisar a linguagem jornalística usada nas reportagens sobre mudanças climáticas, nos jornais *Notícias* e *O País*.

Específicos:

- Verificar a simplicidade, clareza, concisão e correcção nas notícias e reportagens sobre mudanças climáticas, publicadas pelos jornais em estudo;
- Averiguar a acessibilidade do vocabulário para perceber se os termos técnicos foram devidamente simplificados.

1.4. Hipóteses

- a) A linguagem usada nas matérias sobre mudanças climáticas publicadas nos jornais *Notícias* e *O País* é acessível porque os textos observam os principais critérios da escrita jornalística.

- b) A linguagem usada nas matérias sobre mudanças climáticas, no jornal *O País*, é pouco acessível se comparada ao *Notícias*, devido ao uso de expressões técnicas, períodos e frases longas, que dificultam a compreensão do leitor.

CAPÍTULO II

2. QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Nesta fase, a pesquisa apresenta conceitos e pensamentos de diversos autores sobre a questão das mudanças climáticas e a imprensa escrita. Estas abordagens permitem compreender melhor o tema em estudo.

2.1. Mudanças Climáticas

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – CQNUMC (DIAS 2015:10) define **Mudanças no Clima** como sendo uma alteração na composição da atmosfera observada ao longo de períodos comparáveis, provocada, directa ou indirectamente, pela actividade humana e acompanhada pela variabilidade climática natural.

A mudança climática ocorre devido a factores naturais e antropogénicos, mas, actualmente, este conceito tem sido vinculado à acção humana devido à sua maior participação para ocorrência da mesma.

De acordo com Barros (2009:1), “O **clima** descreve a sucessão de estados de tempo de uma determinada região, isto é, um conjunto de fenómenos meteorológicos que caracterizam o estado médio da atmosfera de uma dada região, durante um período de mínimo de trinta anos”.

Zamparone (2021:23) acrescenta que as alterações climáticas ocorrem pelo aumento da temperatura média global, onde gases de efeito estufa (dióxido de carbono, gás metano, óxido nítrico e vapor de água) na atmosfera prendem o calor na Terra, o que impacta sistemas climáticos, causando desde chuvas inesperadas a ondas de calor extremas.

Alguns termos relacionados às mudanças climáticas são: o **aquecimento global** e **feito estufa**.

Segundo Avelino (2020) *apud* Richter (2021:432), o **feito estufa** é um fenómeno natural e um dos factores mais importantes para a vida no planeta. É ele que mantém a terra aquecida ao impedir que os raios solares sejam reflectidos para o espaço e percam o seu calor.

Isto implica que o efeito estufa, nalgum momento, é primordial para a existência dos seres vivos na terra.

Por **aquecimento global**, Dias (2015:10-11) entende que é um:

[...] fenómeno ocasionado pelo aumento da concentração de Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera que tem se apresentado como um problema de gravidade crescente, impactando significativamente as condições de vida na Terra. O aumento do nível dos oceanos, o crescimento e o surgimento de desertos, o aumento do número de furacões, tufões e ciclones e a observação de ondas de calor em regiões de temperatura tradicionalmente amena são os exemplos mais notórios desse fenómeno, motivando a adopção de medidas para o seu combate (DIAS 2015:10).

Mendes (2012:2) explica que “a mudança do clima é comumente chamada aquecimento global porque uma das consequências mais prováveis da existência de concentrações maiores de gases de efeito estufa na atmosfera é o aumento da temperatura média do planeta. [...]” Assim, é possível entender a razão de vários autores aliam sempre, nas suas abordagens, estes dois conceitos.

2.2. Factores Humanos na Ocorrência das Mudanças Climáticas

De acordo com León (2013) *apud* Girardi (2018:112), no início do século XX, os cientistas começam a usar o termo mudança climática para se referir a modificações de diferentes ordens no clima, porém, é no ano 1970 que surgem as primeiras vozes da comunidade académica e de ecologistas. As actividades humanas passam a ser consideradas em função do resultado deste fenómeno. O contexto daqueles anos também fez surgir o termo aquecimento global, significando o aumento da temperatura média da terra, que se popularizou décadas depois.

Na perspectiva de Boeno (2013:3), para os adeptos da visão antropocêntrica, não há dúvida de que a actividade humana é factor preponderante e decisivo para o aumento da temperatura. E, evidentemente, dão como incontestável o facto de que a temperatura realmente aumentou nas últimas décadas e que esta será uma tendência infalível se acções correctivas não forem implementadas a curto e a médio prazos.

O ambientalista moçambicano Carlos Serra (entrevista, 2022) reconhece que as mudanças climáticas sempre ocorreram; o mundo sempre teve períodos de arrefecimento e de aquecimento, tanto a nível global como local. Mas, actualmente, o ser humano interfere de forma drástica nos padrões climáticos.

Assim, a acção humana tornou-se uma ameaça ao clima, ao mesmo tempo que é o ser humano quem sofre com os impactos negativos dos fenómenos por eles causados.

A ambientalista moçambicana Regina Charumar (entrevista, 2022) acrescenta que o homem participa na medida em que ele se relaciona com o meio de uma forma inadequada, através da poluição, desmatamento, caça furtiva, dado que todas estas espécies contribuem para o equilíbrio ambiental e, conseqüentemente, alterações no clima.

2.3. Impacto das Mudanças Climáticas em Moçambique

Numa análise geral, Santos e Miranda (2006) *apud* Moreira e Ramos (2016:206) explicam que estão previstas como principais conseqüências das alterações climáticas:

- Aquecimento global;
- Aumento da frequência de fenómenos climáticos extremos;
- Subida do nível médio das águas do mar;
- Perda de cobertura de gelo nos pólos;
- Alterações na disponibilidade de recursos hídricos;
- Alterações nos ecossistemas e perda de biodiversidade;
- Desertificação;
- Interferências na agricultura;
- Impactos na saúde e bem-estar da população humana; e
- Deslocamentos populacionais.

Embora as alterações climáticas afectem o mundo todo, os seus impactos variam de região para região.

Olhando especificamente para Moçambique, Langa (2021:5) ilustra, como exemplo dos efeitos das mudanças no clima, a extinção de várias espécies, a desertificação e o aumento do nível do mar, que, segundo o autor, este último pode ser visto nas cidades de Nacala, Beira, Pemba. Langa (2021:5) salienta que estes efeitos são apenas algumas das conseqüências desencadeadas pelo aumento da temperatura global.

Regina Charumar (entrevista, 2022) explica que uma das conseqüências directas das mudanças no clima é o desequilíbrio nos ecossistemas e a constância de intempéries de forma cíclica. Segundo Churumar, há, actualmente, alterações frequentes da temperatura – um dia muito quente e o outro frio – como também as chuvas, as inundações, as tempestades e os ciclones.

De acordo com Carlos Serra (entrevista, 2022), Moçambique é um dos países que menos provoca emissão de gases de efeito estufa, entretanto, é bastante afectado pelas alterações climáticas. Para esclarecer por que o país sofre tanto com estas alterações, numa visão geral, a USAID (2018:1), na sua ficha informativa, explica que a vulnerabilidade de Moçambique às mudanças climáticas está relacionada com a sua localização e geografia, onde grandes áreas do país estão expostas a ciclones tropicais, secas e tempestades costeiras que provocam cheias.

No que concerne à ocorrência de ciclones, o meteorologista moçambicano Lelo Tayob (entrevista, 2022) explica que as águas do Oceano Índico são quentes, ambiente propício para a ocorrência destes fenómenos, pois estes movem-se onde a superfície da água apresenta temperaturas altas, o que coincide com a nossa região, o Canal de Moçambique.

Observando a intensidade e a frequência da manifestação de ciclones como um dos impactos bem visíveis das mudanças climáticas no país, o meteorologista clarifica que, pela ordem das categorias, actualmente, o país chega a ciclones tropicais intensos (categoria 4), sendo que nos anos anteriores, Moçambique era mais afectado apenas por ciclones tropicais (categoria 3). Agora, é normal, numa só época, a região ser fustigada por até dois ciclones tropicais intensos.

2.4. Mitigação e Adaptação

Mendes (2012:2) defende que a capacidade de mitigação está ligada ao desenvolvimento sustentável do país, já que as medidas que contribuem para a redução da emissão dos gases de efeito estufa também devem contribuir para o desenvolvimento sustentável.

No concernente à questão da mitigação e da adaptação à ocorrência das mudanças climáticas, o autor Klein (2003) *apud* Margulis (2017:17) adopta uma visão realística, afirmando que:

“Devido aos tempos de atraso no sistema climático global, nenhum esforço de mitigação, por mais rigoroso e implacável que seja, vai impedir que as mudanças climáticas aconteçam nas próximas décadas [...] A adaptação é, portanto, uma necessidade. Por outro lado, depender apenas da adaptação pode conduzir a uma magnitude das alterações climáticas para a qual só é possível uma adaptação eficaz a custos sociais e económicos muito elevados. Assim, não é mais uma questão de mitigar as alterações climáticas ou de se adaptar a ela. Tanto a mitigação como a adaptação são essenciais para reduzir os riscos das alterações climáticas”.

Como parte do processo de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas no país, o meteorologista Lelo Tayob (entrevista, 2022) defende o reflorestamento como uma das soluções, visto que as árvores exercem um papel fundamental no regulamento do oxigénio e redução do dióxido de carbono.

Neste sentido, embora as árvores levem muito tempo, dependendo de cada espécie, para crescer, elas são essenciais como resposta para a redução dos gases de efeito estufa na atmosfera.

Carlos Serra (entrevista, 2022) considera que o país precisa aplicar políticas e estratégias observando uma legislação que regula a forma como as construções são feitas (algumas vezes em locais inapropriados), a questão da biomassa – uma transição energética limpa e formas melhoradas e sustentáveis para a produção agrícola.

Para que haja o reflorestamento ou a adopção de políticas que protejam o ambiente e o clima, é importante que o próprio ser humano esteja ciente da sua responsabilidade diante destas alterações.

De acordo com Charumar (entrevista, 2022), a mídia desempenha um papel relevante neste processo, uma vez que é através dela que a informação chega às pessoas. Os meios de comunicação social criam conteúdos que ajudam a consciencializar a sociedade.

O poder que a mídia exerce sobre as comunidades pode ser usado de forma benéfica ao trazer mensagens reflexivas, alertas e relatos de factos resultantes dos impactos das mudanças climáticas.

Xavier e Kerr (2013:15) consideram ser importante que todos tenham acesso a boas informações, para que se possa efectuar acções efectivas de consciencialização ambiental de todos, aumentando o entendimento da dimensão desses problemas, o porquê da sua ocorrência e o que deve ser feito para a sua amenização.

Assim sendo, há uma necessidade de se trabalhar bastante na comunicação ao transmitir matérias sobre o clima.

2.5. Cobertura jornalística de matérias sobre mudanças climáticas

Tomando em consideração a importância de jornalistas terem conhecimentos sobre mudanças climáticas para melhor escrever conteúdos de forma clara, simples e acessível, importa referir

que, de acordo com Anabela Massingue (entrevista, 2023), os jornalistas do Notícias, em particular, recebem treinamentos e capacitações de algumas instituições interessadas em abordar o tema Mudanças Climáticas.

Fonteles (2019) acredita na importância de se simplificar ao máximo a linguagem, de forma a torná-la acessível ao público:

É importante ressaltar que o fenómeno da mudança climática requer inovação em todos os sectores da sociedade. Assim como o sector agrícola e energético, o jornalismo deve-se adaptar às novas demandas criadas pelas rápidas alterações no clima. Para quebrar o paradigma de elitizar o tema, é necessário apresentar a informação de uma forma compreensível e acessível a todos. Isso inclui simplificar a linguagem de relatórios climáticos, incluir histórias sobre comunidades pequenas que vêm sendo afectadas pelo clima e escrever não somente sobre os desastres que foram causados pelo aquecimento global, mas incluir as soluções e iniciativas em andamento para reverter os seus efeitos.

Nesta perspectiva de considerar o jornalismo um factor preponderante no processo de consciencialização e alerta das comunidades, Sousa (2012:92) citado por Araújo (2016:14), prossegue dizendo que “os meios de comunicação de massa são capazes de exercer a função de simplificadores do conhecimento científico produzido pela comunidade académica, apresentando-os numa linguagem mais acessível, para que seja de compreensão da maior parte da população”.

Em Moçambique, já é notório o alto nível de analfabetismo, como refere o último Anuário Estatístico publicado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (2021, V), 39,0% da população moçambicana continua analfabeta, portanto, quanto mais simples e acessíveis forem as informações sobre mudanças climáticas, maior é a probabilidade de as comunidades estarem envolvidas no processo de mitigação e adaptação.

2.6. Géneros jornalísticos informativos

Segundo Lopes (2010:8), existem dois grandes grupos onde se arrumam os géneros: informativos e opinativos. O primeiro grupo que serve para dar a conhecer factos ou acontecimentos, através da sua descrição e narração; e segundo que visa dar a conhecer ideias, através de exposição de comentários e juízos de valor acerca de factos ou acontecimentos.

Neste contexto, este trabalho restringir-se-á ao género informativo, concretamente na notícia e reportagem. A escolha destes dois géneros deve-se aos principais objectivos que o trabalho

pretende alcançar, olhando para a cobertura mediática de assuntos sobre mudanças climáticas. A notícia, tal como a reportagem, são géneros que relatam e informam os acontecimentos à sociedade. Desta forma, pode-se compreender como os dois jornais (*Notícias* e *O País*) abordam os assuntos sobre o tema em causa.

“Enquanto género jornalístico, a **notícia** é, essencialmente, um pequeno enunciado reportativo, um discurso sobre um acontecimento recente [...] ou desenvolvimentos de acontecimentos. Representa também informação nova, actual e de interesse geral. É género básico do jornalismo.” Sousa (2001:231-232).

No que concerne à reportagem, Gonçalves (2015:228) explica que é um género informativo e interpretativo:

Considerar a reportagem como “informativo” é caracterizá-la pelo objectivo em relação ao outro (actuar sobre o interlocutor de forma a fazer saber algo); como “interpretativo” recorta-se a posição do locutor em relação aos fatos; como “relato”, enfatiza-se a tipologia textual empregada na elaboração.

2.7. Linguagem jornalística

Borregana (2003:7) define linguagem como sendo “um processo por meio do qual os homens transmitem mensagens entre si, servindo-se de sons articulados (palavra oral), de representações gráficas desses sons (palavra escrita) e de gestos (linguagem gestual)”.

Linguagem é «um conjunto completo de processos – resultado de uma certa actividade psíquica fundamental determinada pela vida social – que torna possível a aquisição e o emprego concreto de uma língua qualquer». Usa-se também os termos para designar todo o sistema de sinais que serve de meio de comunicação entre os indivíduos. Desde que se atribua valor convencional a determinado sinal, existe uma linguagem [...] (CUNHA e CINTRA, 2005:1).

De acordo com Cavalcante (2007:3), a linguagem tem diferentes funções e estas actuam, cada qual, abordando um diferente elemento da comunicação. Dessa forma, em cada acto comunicativo, dependendo de sua finalidade, destaca-se um dos elementos da comunicação e, por conseguinte, uma das funções da linguagem.

Não obstante, Samira Shalhub (1999: 9-48) traz as seguintes funções de linguagem:

- Função referencial - uma das dominantes do discurso científico – aqui, a intenção é produzir uma informação teórica;

- Função conativa – a função conativa é também chamada de apelativa – aqui, a mensagem está orientada para o destinatário;
- Função emotiva – marcada pela 1.^a pessoa gramatical, esta função tem seu foco no emissor;
- Função fática – aqui a mensagem centra-se no contato, no suporte físico, no canal. O objetivo desse tipo de mensagem é testar o canal, é prolongar, interromper ou reafirmar a comunicação, não no sentido de, efetivamente, informar significados.
- Função poética - esta função é afectiva, sugestiva, conotativa, metafórica. Valorizam-se as palavras e as suas combinações;
- Função metalinguística – esta função foca-se no código linguístico. É um sistema de símbolos com significação fixada, convencional, para representar e transmitir a organização dos seus sinais na mensagem, circulando pelo canal entre a emissão e a recepção.

A função referencial, em particular, é a mais aplicável na elaboração de textos sobre mudanças climáticas visto que esta é mais objectiva na transmissão da mensagem ao receptor, predomina 3^o pessoa do singular e esta mesma mensagem é baseada em informações reais.

“A linguagem jornalística é pragmática e entendida como instrumento da comunicação especializada para transformar factos em relatos concisos e directos, buscando sempre a compreensão do interlocutor.” (FRAGALLE, 2007:11)

Nesta perspectiva da linguagem jornalística buscar a compreensão do público, Anabela Gradim (2000:138) afirma que:

A linguagem jornalística deve ser clara, precisa, concisa, ritmada e com vivacidade. A clareza deriva da utilização de frases curtas; do uso preferencial de uma ideia por frase; de um rigoroso encadeamento lógico entre as ideias explanadas no texto; e de uma utilização económica da linguagem: preferir as palavras mais curtas, e o número mínimo destas necessário a veicular a informação sem perda de conteúdo informativo.

Para Raimundo (s.d) *apud* Lopes (2010:14) “a nível da escrita, o jornalista deve eliminar os obstáculos à leitura, o primeiro dos quais é o vocabulário [...] o segundo obstáculo são as

frases. As frases devem conter pouca informação cada uma. Clareza e simplicidade são os segredos.”

“A linguagem jornalística, a serviço da divulgação da ciência, exige habilidade do jornalista para transformar dados e produtos gerados pelo fazer científico e tecnológico em notícia, observando a oportunidade, a relevância, o interesse do público e o impacto desejado” (FRAGALLE, 2007:12).

Portanto, a participação do jornalista neste processo de simplificação da linguagem de forma a facilitar a compreensão dos seus leitores é importante e fundamental.

2.8. Responsabilidade Social do Jornalismo

Para Gonçalves (2016:226), as narrativas mediáticas têm papel importante na sociedade e na relação entre os interlocutores, participando na forma como os sujeitos constroem o universo e como se vêem inseridos nele.

Batista (2018:16) acrescenta que a prática jornalística é cumpridora de um papel social, responsável por investigar os factos e deixar a sociedade a par do que acontece ao seu redor. Além disso, o jornalismo também se destaca por se encarregar pela produção e divulgação de informações em grande escala, por vezes capazes de influenciar opiniões.

Assim, o jornalismo acaba por participar, de forma directa ou indirecta, no modo como o cidadão observa o seu quotidiano.

Na mesma linha de pensamento, Santos e Robazkiewicz (2013) afirmam que:

O texto jornalístico apresenta a possibilidade de ser visto, muitas vezes, de forma imparcial, mas verdadeira. O leitor, muitas vezes, percebe o texto como cópia fidedigna da realidade, podendo ter como consequência, um grande impacto sobre a formação da opinião das pessoas. [...] Assim, os textos jornalísticos fazem uma mediação social, posicionando o leitor como um cidadão actualizado e “conhecedor” da realidade.

Para o presente tema, depois de fazer a leitura de vários autores, achamos conveniente abraçarmos a teoria de responsabilidade social do jornalismo, como a que vai guiar o entendimento que pretendemos dar ao tema, olhando para as premissas que o jornalismo empresta a sociedade.

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA

Nesta fase, o trabalho apresenta um trajecto que permitiu o alcance dos objectivos pretendidos. Para melhor compreensão do capítulo, iniciamos com a definição do termo metodologia, na perspectiva de Fonseca (2002) *apud* Gerhardt (2009:12):

Methodos significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Para analisar a linguagem usada nas matérias sobre mudanças climáticas pelos jornais *Notícias* e *O País*, no período de Outubro a Dezembro de 2021, será usado um método qualitativo.

3.1. Método Qualitativo

De acordo com Silva (2014:20), no método qualitativo, busca-se compreender, com base em dados qualificáveis, determinada realidade (este método proporciona fazer inferências depois de leituras bibliográficas sobre matérias relacionadas ao objecto de pesquisa e, ainda, usar os jornais, no caso da pesquisa em apreço, para poder tirar ilações sobre o fenómeno em estudo).

Segundo o autor, normalmente são implementadas técnicas de colecta, codificação e análise de dados, que têm como meta gerar resultados a partir dos significados dos fenómenos estudados, sem a manifestação de preocupações com a frequência com que os fenómenos se repetem no contexto do estudo.

Para a prossecução deste método, usou-se a técnica de análise de conteúdo que, segundo Assmann (2009:128), trabalha com materiais textuais escritos, tanto textos que são resultados do processo de pesquisa como as transcrições de entrevistas e os registos das observações. Neste contexto, este trabalho será baseado nalguns princípios de linguagem jornalística (simplicidade, clareza, concisão e correcção) que permitem uma comunicação eficaz.

“A metodologia da análise conteúdos se destina a classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos” (CARLOMAGNO e ROCHA 2016: 175)

O autor Janis (1982:53) *apud* Carlomagno e Rocha (2016:175), vai mais além, acrescentando que:

A análise de conteúdo fornece meios precisos para descrever o conteúdo de qualquer tipo de comunicação: jornais, programas de rádio, filmes, conversações quotidianas, associações livres verbalizadas, etc. As operações da análise de conteúdo consistem em classificar os sinais que ocorrem numa comunicação segundo um conjunto de categorias apropriadas.

3.2. Amostragem

Amostragem é definida por Marconi e Lakatos (2010:147) como sendo “uma parcela do conveniente seleccionada do universo (população), ou seja, um subconjunto do universo”.

Assim, a amostragem que mais se adequa ao trabalho é a probabilística, que é um tipo de amostragem em que cada elemento da população pode ser seleccionado para compor a amostra. De acordo com Malhotra (2001) *apud* Oliveira (2011:33), “na amostragem probabilística, as unidades amostrais são colhidas ao acaso.”

Segundo Pereira (2018:42), a colecta de dados envolve a determinação da população a ser pesquisada. Neste sentido, mais adiante o trabalho traz uma tabela que mostra o universo populacional, ou, seja, todas as notícias e reportagens publicadas no último trimestre de 2021.

Para esta pesquisa, estando-se a estudar jornais diários, num período de três meses (Outubro, Novembro e Dezembro de 2021), o que equivale a 79 edições do jornal *Notícias* (de segunda a sábado) e 66 do jornal *O País* (de segunda a sexta-feira), fez-se uma escolha aleatória. Segundo Aaker (2004) *apud* Oliveira (2011:33), este processo de atribuição permite conseguir uma amostra representativa. Para o efeito, foi usada uma amostra de 10 textos (notícias e reportagens) do jornal *Notícias* e 10 do jornal *O País*.

O *Jornal Notícias* apresentou, durante o período em alusão, dentro das 79 edições, um total de 31 matérias sobre as mudanças climáticas. Para a amostra, foram escolhidas, de forma aleatória, 10 delas para a análise.

A escolha da amostragem foi de 10 artigos de cada jornal de forma a manter um equilíbrio no estudo, e quantidade é mesmo pelo método escolhido para a análise, sendo a metodologia qualitativa.

Os meses referidos correspondem ao último trimestre do ano de 2021. Este período foi escolhido tomando em conta o intervalo em que decorreu a Vigésima Sexta Conferência das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (COP 26), em Glasgow, na Escócia. Uma conferência que contou com a presença de representantes de mais de 200 países, incluindo Moçambique.

3.3. Entrevista

Ramos e Naranjo (2014:141) definem entrevista como uma técnica de compilação e aquisição de informação mediante uma conversa profissional acerca do que se investiga.

A entrevista constitui uma técnica de recolha de informação que se desenrola através de uma conversação entre duas pessoas (pesquisador e entrevistado) na qual se processa uma partilha de factos, opiniões e representações sociais. [...] Na entrevista o investigador procura compreender determinados factos ou fenómenos e verificar hipóteses ou preposições, através de uma comunicação face à face com indivíduos directa ou indirectamente envolvidos com o assunto em pesquisa. (FEIJÓ, 2017:62)

Este estudo baseou-se na entrevista não-estruturada que, segundo Lakatos e Marconi (2003:197), é aquela em que “o entrevistador tem a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direcção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão”.

Quanto à modalidade, foi usada a entrevista focalizada. Conforme as mesmas autoras (Lakatos e Marconi, 2003:197), nesta modalidade, apresenta-se um roteiro de tópicos relativos ao problema que se estuda e o entrevistador tem a liberdade de fazer perguntas que quiser sem obedecer, a rigor, a uma estrutura formal.

A análise conta com informações apresentadas por ambientalistas, jornalistas e editores, o que permite compreender melhor a questão da linguagem jornalística na prática.

Foram entrevistados os ambientalistas moçambicanos Carlos Serra e Regina Charumar, que trouxeram mais explicações e observações sobre como as alterações no clima se manifestam, particularmente, no nosso país, e também, os desafios dos moçambicanos perante este cenário. Estes ambientalistas foram escolhidos tendo em conta as suas frequentes intervenções em temáticas sobre mudanças climáticas, daí ser importante ter as suas abordagens para esta pesquisa.

Para assegurar que haja mais informações sobre o tema em alusão, foi possível obter o parecer de mais um especialista, o meteorologista Lelo Tayob, colaborador do Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), que partilhou, de forma técnica, questões ligadas às mudanças climáticas em Moçambique.

De igual modo, foram entrevistados os jornalistas e editores Anabela Massingue e Osvaldo Gêmo, ambos colaboradores do *Jornal Notícias*.

Uma das limitações do estudo foi a dificuldade de entrar em contacto com os jornalistas e editores do jornal *O País*, devido às políticas da instituição, que não permitem que os estudantes universitários façam entrevistas à equipa jornalística. Importa referir que esta lacuna interferiu, de certa forma, na falta de alguns dados sobre funcionamento desta redacção, como também nas informações sobre como os jornalistas lidam com os princípios da escrita jornalística para uma linguagem acessível nas matérias sobre mudanças climáticas.

3.4. Categorias de Análise

Por categorias, Krippendorff (2014) *apud* Sampaio (2021:46) entende que “são constructos analíticos derivados de teorias ou práticas existentes; experiências ou conhecimento de pesquisa” e acrescenta que são elementos que nos dão meios para descrever o fenómeno sobre investigação.

De acordo com Carlomagno e Rocha (2016:175), criar e classificar correctamente a análise de dados concorre para a realização e análise de conteúdos bem-sucedidos, daí a necessidade de se criar categorias apropriadas para o estudo.

Tendo em conta as informações dadas por estes autores, nesta pesquisa, as categorias de análise referem-se aos princípios sobre a escrita e a linguagem jornalística ideal arrolados por Sousa (2001:121), Borhetti (2019:11) e vários outros autores, com o objectivo de tornar uma notícia ou uma reportagem acessível e facilmente entendida pelo receptor da informação. Neste sentido, foram identificados, para este trabalho, os princípios de simplicidade, clareza, concisão e correcção.

3.4.1 Simplicidade

Esta categoria permite observar e avaliar até que ponto as matérias foram escritas de forma a apresentarem numa linguagem que possa ser facilmente compreendida pelo leitor.

Sousa (2001:121) explica que a linguagem do texto jornalístico deve ser simples. Há uma necessidade de, entre os sinónimos, preferir-se o mais comum deles, e, nas frases, respeitar-se a ordem sujeito, verbo e complemento.

Alinhado ao pensamento de Sousa, Anabela Gradim (2000:145) acrescenta:

Simplicidade significa rapidez e eficiência na transmissão de informação, mas não facilidade nem simplismo. É difícil produzir textos com estas características, e especialmente produzir textos simples, mas precisos e rigorosos, que tratam de assuntos complexos. A falta de simplicidade numa notícia é um defeito que pode dever-se ao facto do jornalista pura e simplesmente não conseguir dominar a complexidade da matéria que transmite, a insuficiência vocabular, ou, pior ainda, a um certo narcisismo que o leva a exibir as preciosidades do seu intelecto, à boleia de uma notícia qualquer.

Na perspectiva de Barroso (2002:07), o jornalismo acompanha sistematicamente a evolução da linguagem e reflecte a maneira mais actual e eficaz de exprimir o pensamento. Quanto mais se escrever como as pessoas falam no seu quotidiano, tanto mais o jornalista pode ser um autêntico intérprete do seu pensamento.

De qualquer forma, é próprio ao estilo jornalístico ser simples e directo, usando substantivos e verbos que expressam acções como fazer, ir e dizer; evitar os adjetivos, não os utilizando como parâmetros de grandeza, inevitavelmente subjectivos, mas preferindo valores específicos ou comparações; ser descritivo e numérico, buscando quantificar informações exactas ou aproximadas e usando frases curtas, em terceira pessoa; preferir a descrição detalhada e precisa de factos ocorridos e optar por um vocabulário acessível e de fácil entendimento (DINIZ, 2013:34).

3.4.2 Clareza

Segundo Borghetti (2019:11), a clareza é obtida quando o jornalista tem razoável domínio sobre o assunto e sabe usar de maneira eficaz as ferramentas textuais. Falta de clareza, mais do que dificultar a interpretação, compromete a credibilidade do repórter. O bom texto jornalístico não pode suscitar dúvidas, deixar perguntas sem respostas ou confundir quem o ouve. Ambiguidades, lapsos e subentendidos são pecados mortais em textos dessa natureza.

Viana (2001:46) observa a questão da variedade de leitores e suas diferenças e afirma:

O redactor deve sempre lembrar que escreve para um público diversificado, que deve ser capaz de ler em português, mas não é obrigado a entender dialectos específicos, como o “economês”, o “informatês”, etc. Ainda que pese a especificidade de algumas publicações, a linguagem adoptada deve ser sempre clara, sem ser pobre, e simples, sem ser simplista. Procura-se o “desprezo ao enfeite gratuito, ao falso intelectualismo, à cópia da banalidade alheia.”

Tendo em conta o público leitor, há uma necessidade de clarificar os termos científicos, pois nem todos entendem a linguagem técnica usada por um especialista.

De acordo com o editor Osvaldo Gêmo (entrevistas, 2022), uma das formas usadas na redação do *Jornal Notícias*, que facilita a clareza ao jornalista e consequentemente ao leitor, são as entrevistas às fontes de informação e especialistas na área temática, para que e dêem mais subsídios, tornando, desta forma, a notícia ou reportagem mais clara possível.

Gêmo, explicou igualmente, que pela sua experiência no jornalismo, a falta de clareza nas matérias sobre mudanças climáticas surge quando o jornalista não faz o seu “dever de casa” e ele próprio não entende o que vai transmitir para sociedade.

3.4.3 Concisão

Concisão não significa brevidade. Ao contrário do que possa parecer, não há uma relação imediata entre texto conciso e texto curto. A concisão é obtida por meio de um processo de eliminação de tudo que é supérfluo e acessório e de preservação do que é essencial à inteligibilidade. O texto pode ser longo, desde que se atenha apenas ao que é fundamental.

Um texto deve ter o tamanho necessário para comunicar o que tem a dizer, de forma clara e simples (BORGHETTI, 2019:11-12).

Grandim (2000:151) defende que a concisão também depende do uso adequado dos sinais de pontuação. “Um texto padrão utiliza frases curtas, orações directas; e corta os parágrafos de forma cirúrgica, proporcionando a construção por blocos que tantas vantagens pode trazer à notícia” Grandim (2000:151).

3.4.4 Correção

“Um texto jornalístico deve respeitar as regras gramaticais. E deve, igualmente, obedecer às normas de estilo em vigor no jornal. Mas, acima de tudo, deve ajustar-se à realidade, *contando bem o que há para contar*, com intenção de verdade”. (SOUSA, 2001:122)

O princípio de correcção está basicamente relacionado à questão da escrita correcta (pontuação e ortografia), como também à ética profissional de um jornalista que, em norma, deve pautar pela veracidade, que é um dos valores-notícia.

3.5. Breve Historial dos Jornais em Estudo

3.5.1. *Jornal Notícias*

De acordo com o Notícias Online¹, o jornal foi fundado a 15 de Abril de 1926, pelo Capitão Manuel Simões Vaz. Segundo Bigslam.pt² (2021), Manuel Simões Vaz foi um professor de inglês e desenho no Liceu 5 de Outubro. Intérprete oficial de tribunal, leccionava a língua portuguesa para estrangeiros residentes em Lourenço Marques. Além disso, exerceu, ainda, funções como redactor de actas do Conselho do Governo.

Vaz entra para o jornalismo em 1920, ocupando o cargo de director da secção portuguesa do bissemanário “Lourenço Marques Guardian”, que, depois, passou a designar-se de “Diário”. Seis anos depois decide fundar o jornal diário “Notícias”.

Inicialmente, o jornal era propriedade de uma empresa cujos accionistas eram o advogado Eduardo Saldanha e o comandante José Joaquim de Moraes. Entretanto, Vaz continuou durante muitos anos na direcção do *Notícias*.

No que concerne ao incício das publicações do jornal, o “Notícias Online” explica que:

A primeira edição do *Notícias* saiu à rua a 26 de Abril de 1926, um tabloide de quatro páginas sem ilustração, cuja tiragem foi de 36 exemplares com o preço de capa de um escudo e cinquenta centavos. A 2 de Fevereiro de 1929 tornou-se no primeiro jornal em todas colónias portuguesas a inserir a tipografia, facto considerado histórico na altura por significar uma revolução tecnológica ímpar na região.

No início da década de 50, o *Notícias* passa a ser dirigido pela filha do fundador, Male Vaz, até 1963. Com o passar dos tempos, o jornal foi tendo várias mudanças. “Assim, logo em 29

¹ Notícias Online. Sobre Nós, <https://jornalnoticias.co.mz/sobre-nos/sociedade-do-noticias-s-a/sobre-nos/> publicado em 5 de Novembro de 2019, acesso em 15 de Outubro de 2022.

² Bigslam.pt. “Uma data na história” – 15 de Abril de 1926...Jornal “Notícias” - Capitão Manuel Simões Vaz. <https://bigslam.pt/historia/uma-data-na-hora/uma-data-na-historia-15-de-abril-de-1926-jornal-noticias-capitao-manuel-simoes-vaz/>, publicado em 2021, acesso em 10 de Outubro de 2022.

de Maio de 1974, foi nomeado um novo director, Pedro Pereira Coutinho, e, em 2 de Junho, um subdirector, José Luís Cabaço”.

O Notícias Online descreve, ainda, um episódio que faz parte da história deste jornal:

A importância do “Notícias” ficou expresso nas vicissitudes que o jornal viria a sofrer nesse período de transição para a independência. Deste modo, na madrugada de 15 de Agosto de 1974 as suas oficinas foram alvo de sabotagem tendo um grupo de indivíduos regado as instalações com gasolina e colocado um engenho explosivo. Foram muitos anos de prejuízos dessa operação. Voltou novamente a ser ocupado aquando dos acontecimentos de 7 Setembro.

Embora o *Notícias* tenha passado por vários tumultos e transformações durante a sua trajectória, hoje o jornal possui 16 páginas editoriais em *broadsheet* e é impresso a cores desde 2010.

Este jornal é o mais antigo jornal de Moçambique, com cobertura nacional. O mesmo sobreviveu ao fim do colonialismo, sendo adoptado pelo Estado no pós-independência. No presente, o *Notícias* apresenta as suas edições no formato físico e electrónico, que podem ser adquiridas através da plataforma (aplicativo) Notícias Digital e a sua versão física obtida a partir de diversos pontos de venda ao nível do país.

Actualmente, o jornal apresenta no seu corpo directivo: o Presidente do Conselho de Administração, Júlio Manjate, o Administrador Cezerilo Matuce, o Director Editorial Lázaro Manhiça e o Chefe de Redacção Salomão Muiambo³.

A Sociedade Notícias é composta por um total de 77 jornalistas distribuídos da seguinte forma: 31 no Jornal Notícias, 10 no Semanário Desportivo, 16 no Semanário Domingo, 02 na delegação de Gaza, 01 em Inhambane, 03 na Beira, 02 Manica, 02 Tete, 02 Quelimane, 04 Nampula, 02 Cabo Delgado e 02 Niassa.

3.5.2. Jornal *O País*

O jornal⁴ *O País* surge a 28 de Maio de 2005, fundado pelo Grupo Soico, um grupo privado de comunicação social de Moçambique, que, para além do jornal, alberga canais como STV

³ Notícias Online. *Ficha-Técnica*, <https://www.google.com/amp/s/jornalnoticias.co.mz/ficha-tecnica/%famp=1>, publicado em 21 de Junho de 2021, acesso em 10 de Outubro de 2022.

⁴ O País. Coronavírus e os 15 anos do jornal O País, <https://opais.co.mz/coronavirus-e-os-15-anos-do-jornal-opais/>, publicado em 25 de Maio de 2020, acesso em 14 de Outubro de 2022.

(Soico Televisão), STV Notícias, Sfm e projectos como Mozefo, Mozkids, Moztech e 100 Melhores PME.

O impresso surgiu como semanário, no entanto, pouco tempo depois passou para uma tiragem diária, fazendo uma cobertura numa abrangência nacional.

Em Setembro de 2006, o jornal *O País* passa para o formato digital com o lançamento do *site* com o mesmo nome “O País”. Em 2020, aos 15 anos de existência, no contexto da pandemia da COVID-19, o jornal abandona o papel e a leitura tradicional passando a apresentar os seus conteúdos apenas no formato digital.

O jornal tem, actualmente, como Presidente do Conselho Administrativo, Daniel David, que desempenhou um importante papel na fundação do Grupo Soico e seus diversos produtos; a Directora de Informação, Olívia Massango, o Director-adjunto de Informação, Clemêncio Fijamo, os Chefes de Redacção, Orlando Macuacua e William Mapute, o Editor José dos Remédios e vários outros colaboradores que compõem a equipa⁵.

⁵ O País. *Ficha Técnica*, <https://opais.co.mz/fichatecnica/>, s/d, acesso em 15 de Outubro de 2022.

CAPÍTULO IV

4. APRESENTAÇÃO DE DADOS

Nesta fase, a pesquisa apresenta a análise das notícias e reportagens publicadas durante o período escolhido para o estudo (Outubro, Novembro e Dezembro de 2021), dos jornais *Notícias* e *O País*.

A leitura foi feita com base nas categorias de análise, observando se os textos apresentam os princípios de simplicidade, clareza, concisão e correção. Desta forma, foi possível perceber como foram abordados os assuntos sobre mudanças climáticas para o alcance da percepção do leitor.

Passamos a apresentar, a seguir, o universo populacional das notícias e reportagens sobre mudanças climáticas publicadas pelos dois jornais, durante os últimos três meses do ano de 2021.

Jornal Notícias				
Edição	Data	Pág.	Matéria	Nº
31.419	02.10.2021	07	<i>Reflexão sobre o impacto das mudanças climáticas.</i>	1
		14	<i>Projectos de resiliência costeira ganham corpo em Inhassoro.</i>	2
31.420	04.10.2021	20	<i>Jornalistas capacitados para cobertura de desastres.</i>	3
31.422	06.10.2021	36	<i>Agência meteorológica alerta sobre crise hídrica.</i>	4
31.425	09.10.2021	16	<i>Moçambique e Angola em grande risco de exposição a choques ecológicos.</i>	5
31.436	22.10.2021	38	<i>Mudanças climáticas colocam beira no topo das cidades de risco.</i>	6
31.443	30.10.2021	01	<i>PM participa na conferência sobre mudanças climáticas.</i>	7
31.444	01.11.2021	01	<i>ONU sobre mudanças climáticas: país quer apoios para garantir transição energética.</i>	8
31.445	02.11.2021	01	<i>Mudanças climáticas: estratégia nacional centrada na mitigação e resiliência.</i>	9

		04	<i>Organização ambientalista tenta bloquear projectos de gás.</i>	10
		38	<i>Conferência da ONU sobre mudanças climáticas: uma negociação para salvar o planeta.</i>	11
		44	<i>COP 26 Quênia alerta para risco de se ignorar países africanos.</i>	12
31.446	03.11.2021	01	<i>Conferência sobre mudanças climáticas: País propõe uso do gás para a transição energética.</i>	13
		06	<i>Madagáscar vítima da primeira fome ligada às alterações climáticas.</i>	14
31.446	04.11.2021	01	<i>Combate às mudanças climáticas: PM defende a flexibilização de fundos para projectos.</i>	15
		06	<i>Ciclismo saúda cimeira sobre clima.</i>	16
31.450	09.11.2021	26	<i>Moçambique acolhe congresso de educação ambiental da CPLP.</i>	17
31.451	10.11.2021	09	<i>Desastres naturais em África: urge investir na redução do risco.</i>	18
31.451	10.11.2021	26	<i>Medidas ambiciosas de um país vulnerável e não emissor.</i>	19
31.452	11.11.2021	32	<i>Ministro da RSA pede união de África contra pressão global.</i>	20
		32	<i>Perante uma montanha de diferenças – Presidente da COP26 pede abertura aos negociadores.</i>	21
31.455	15.11.2021	26	<i>Mais financiamento para acções de adaptação às mudanças climáticas.</i>	22
		32	<i>Mudanças de última hora: Presidente da COP 26 rejeita fracasso do acordo.</i>	23
31.456	16.11.2021	34	<i>Usaid ajuda PNG na resiliência climática.</i>	24
		40	<i>África do sul satisfeita com os resultados da COP 26.</i>	25
31.463	23.11.2021	02	<i>“Reduzir vulnerabilidade”.</i>	26

		05	<i>Urge melhorar inclusão na cobertura de eventos climáticos</i>	27
		06	<i>Campanha agrária 2021/2022: pequenos agricultores apoiados em resiliência climática.</i>	28
		26	<i>Mudanças climáticas: FAO lança ferramentas para combater perdas florestais.</i>	29
31.470	01.12.2021	07	<i>Mudanças climáticas: comunidades devem ser envolvidas.</i>	30
31.475	07.12.2021	22	<i>País posiciona-se face às mudanças climáticas.</i>	31

O quadro acima mostra o universo populacional, ou, seja, todas as notícias e reportagens publicadas no quarto trimestre de 2021.

O *Jornal Notícias* apresentou, durante o período em alusão, dentro das 79 edições, um total de 31 matérias sobre as mudanças climáticas. Para a amostra, foram escolhidas, de forma aleatória, 10 delas para a análise.

Jornal O País				
Edição	Data	Pág.	Matéria	Nº
41123148	08.10.2021	15	<i>Moçambique na semana sobre clima e biodiversidade da Expo 2020 Dubai.</i>	01
41123151	14.10.2021	04	<i>Filipe Nyusi alerta para a tomada de cuidados para não prejudicar o ambiente.</i>	02
41123153	18.10.2021	10	<i>País encaixa USD 6.4 milhões por redução de degradação florestal.</i>	03
		14	<i>África emite menos gases com efeito de estufa, mas é o continente mais prejudicado.</i>	04
41123154	19.10.2021	11	<i>Movimento pela justiça climática vai atrás do combustível fóssil da multinacional francesa Total.</i>	05
41123155	20.10.2021	14	<i>Boris Johnson vê conversações climáticas</i>	06

			<i>globais “extremamente duras” em Glasgow.</i>	
41123159	26.10.2021	06	<i>Moçambique quer angariar fundos na COP 26 para enfrentar eventos climáticos.</i>	07
41123160	27.10.2021	10	<i>Gâmbia é o único país que cumpre meta do Acordo de Paris.</i>	08
41123163	01.11.2021	06	<i>Nyusi diz respostas às mudanças climáticas em África são ineficazes.</i>	09
		13	<i>Commonwealth apela para “maior ambição possível” na cimeira climática de Glasgow.</i>	10
41123164	02.11.2021	04	<i>Guterres alerta para a possibilidade de incumprimento das decisões da COP 26.</i>	11
41123165	03.11.2021	03	<i>Financiamento climático é uma “questão fundamental de confiança” diz Commonwealth.</i>	12
41123166	04.11.2021	03	<i>Moçambique quer usar 62 por cento de energias renováveis até 2030.</i>	13
41123166	04.11.2021	02	<i>Moçambique vai negociar para continuar a explorar gás e carvão.</i>	14
41123168	08.11.2021	06	<i>Commonwealth propõe acção conjunta sobre clima, biodiversidade e terra.</i>	15
41123169	09.11.2021	03	<i>ACNUR propõe medidas urgentes para a mitigação do impacto do clima sob deslocados.</i>	16
		07	<i>A USAID avança na Acção Global para a Equidade Climática.</i>	17
		08	<i>Reino Unido Reforça compromisso de reduzir emissões agrícolas, perdas e danos induzidos pelo clima.</i>	18
41123170	10.11.2021	11	<i>Mais países assinaram uma declaração climática de apoio ao “netzero” até 2050.</i>	19
41123172	12.11.2021	09	<i>Commonwealth exorta líderes a aprofundarem conversações sobre o clima.</i>	20
41123173	17.11.2021	08	<i>PMA apoia pequenos agricultores com</i>	21

			<i>medidas de resiliência climática para campanha agrícola 2021-2022.</i>	
--	--	--	---	--

Conforme o quadro acima, o jornal *O País* publicou, durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2021, um total de 21 notícias e reportagens nas 66 edições (exceptuando os sábados, uma vez que as edições deste jornal saem de segunda a sexta-feira).

Assim, deste universo de 21 matérias, foram seleccionadas, aleatoriamente, 10 peças para análise.

Na perspectiva de Pereira (2018:68), “normalmente, para se realizar um tratamento estatístico com mais rigor, torna-se necessária a definição do espaço amostral que é o universo da realização da pesquisa ou um conjunto no qual se vai levantar os dados”. Para o autor, é preciso redefinir qual é a amostra que tenha uma quantidade suficiente para ser considerada como um estudo válido e defende que um terço do universo de quantidade é razoável para se iniciar a análise.

À seguir, o trabalho apresenta as amostras de cada um dos jornais, sendo 10 peças para cada, de forma a equilibrar a quantidade das matérias que serão alvos de análise.

Jornal Notícias							
Data	Pág.	Matéria	Simplicidade	Clareza	Concisão	Correcção	Obs:
02.10.2021	14	<i>Projectos de resiliência costeira ganham corpo em Inhassoro.</i>	-	-	-	-	Texto simples, claro, conciso e correctamente escrito.
30.10.2021	01	<i>PM participa na conferência sobre mudanças climáticas.</i>	-	Falta de clareza.	-	-	Pouco desenvolvimento e pouca contextualização de termos relevantes para a compreensão da notícia, no 2º e 4º parágrafos.
02.11.2021	01	<i>Mudanças climáticas: estratégia nacional centrada na mitigação e resiliência.</i>	-	-	-	-	Texto simples, claro, conciso e correctamente escrito.
03.11.2021	01	<i>Conferência sobre mudanças climáticas: País propõe uso do gás para a transição energética.</i>	-	-	-	-	Texto simples, claro, conciso e correctamente escrito.
04.11.2021	01	<i>Combate às mudanças</i>	-	-	-	-	Texto simples, claro, conciso e

		<i>climáticas: PM defende a flexibilização de fundos para projectos.</i>					correctamente escrito.
10.11.2021	26	<i>Medidas ambiciosas de um país vulnerável e não emissor.</i>	-	-	-	-	Texto simples, claro, conciso e correctamente escrito.
23.11.2021	05	<i>Urge melhorar inclusão na cobertura de eventos climáticos.</i>	-	Falta de clareza nalguns parágrafos.	-	-	Os parágrafos 5º e 6º iniciam a citação com os verbos “indicou” e “apontou” sem referenciar a fonte. De acordo com Sousa (2001:179), quando é necessário fazer-se mais de uma referência (recontextualização do sujeito) no mesmo texto, pode-se usar o nome completo pela primeira vez e, posteriormente, o primeiro e o último nome, virando-se com referências à profissão.
23.11.2021	06	<i>Campanha agrária 2021/2022: pequenos</i>	-	-	-	-	Apresenta os princípios de simplicidade, clareza, concisão e correcção.

		<i>agricultores apoiados em resiliência climática.</i>					
01.12.2021	07	<i>Mudanças climáticas: comunidades devem ser envolvidas.</i>	-	-	-	-	Texto simples, claro, conciso e correctamente escrito.
07.12.2021	22	<i>País posiciona-se face às mudanças climáticas.</i>	-	-	-	-	Texto simples, claro, conciso e correctamente escrito.

O País							
Data	Pág.	Matéria	Simplicidade	Clareza	Concisão	Correcção	Obs:
08.10.2021	15	<i>Moçambique na semana sobre clima e biodiversidade da Expo 2020 Dubai.</i>	-	Falta de clareza.	-	Não observa o princípio de correcção.	Segundo Sousa (2001:196), “antes de usar uma sigla pela primeira vez deve escrever-se a designação por extenso, excepto quando a sigla é mais conhecida do que a própria designação [...]” Entretanto, a abreviatura COGEDU só foi desenvolvida no último parágrafo.

14.10.2021	04	<i>Filipe Nyusi alerta para a tomada de cuidados para não prejudicar o ambiente.</i>	-	-	-	-	Texto simples, claro, conciso e correctamente escrito.
18.10.2021	10	<i>País encaixa USD 6.4 milhões por redução de degradação florestal.</i>	-	Falta de clareza.	-	-	O texto apresenta falta de clareza no 8º parágrafo, ao apresentar uma sigla pouco conhecida, sem seu desenvolvimento. A expressão “REDD+” aparece sem o significado da abreviatura, e isto pode criar uma situação de dúvidas para o leitor.
18.10.2021	14	<i>África emite menos gases com efeito de estufa, mas é o continente mais prejudicado.</i>	Falta de simplicidade.	Falta de clareza.	-	-	O texto não observa o princípio de clareza no 5º parágrafo devido ao uso de termos bastante técnicos. Tendo em conta que o texto é lido por diversas pessoas, o termo “filantropo”, no 5º parágrafo, poderia ser substituído por um mais conhecido.

26.10.2021	06	<i>Moçambique quer angariar fundos na COP 26 para enfrentar eventos climáticos.</i>	-	-	Falta de concisão.	Não observa o princípio de correcção.	O 3º e o 5º parágrafo são muito longos, ferindo o princípio de concisão. Há também citação incorrecta no 5º parágrafo. Em relação ao modo de citar uma fonte, Sousa (2001:177) esclarece que a designação do cargo ou da função deve anteceder o nome (2001:178).
01.11.2021	06	<i>Nyusi diz respostas às mudanças climáticas em África são ineficazes.</i>	-	-	-	Não observa o princípio de correcção.	O texto apresenta uma situação de falta de correcção no 3º parágrafo. Há uso incorrecto de um substantivo para o contexto da frase. Foi escrito o termo “tenção” no lugar “tensão”. Segundo o Ensina RTP (2017), as duas palavras existem, a primeira é um substantivo feminino, que significa propósito ou resolução, enquanto a segunda é um substantivo, também feminino, que se refere a algo que está ou

							é tenso.
03.11.2021	03	<i>Transição energética não deve ser “a custo do nosso desenvolvimento”.</i>	-	-	-	-	Texto simples, claro, conciso e correctamente escrito.
04.11.2021	03	<i>Moçambique quer usar 62 por cento de energias renováveis até 2030</i>	-	-	-	-	Texto simples, claro, conciso e correctamente escrito.
09.11.2021	03	<i>ACNUR propõe medidas urgentes para a mitigação do impacto do clima sob deslocados.</i>	-	-	-	Não observa o princípio de correcção.	Nota-se uma incorrecção na citação do 7º parágrafo: (...). “O Sr. Harper destaca...” Segundo Sousa (2001:177), não se devem usar as abreviaturas “Sr.” ou “Sra.” no enunciado jornalístico.
17.11.2021	08	<i>PMA apoia pequenos agricultores com medidas de resiliência climática para campanha agrícola</i>	-	-	Falta de concisão.	Não observa o princípio de correcção.	O texto não é conciso no 1º parágrafo, apresentando um <i>lead</i> bastante longo. Não observa igualmente o princípio de correcção no 5º parágrafo, sendo que, em termos de escrita jornalística, o excerto

		2021-2022.					apresenta uma forma de citação não recomendável iniciando com o nome o depois o cargo.
--	--	------------	--	--	--	--	--

Abaixo a tabela resumida com resultados percentuais sobre a questão da simplicidade, clareza, concisão, e correcção dos textos sobre mudanças climáticas analisados nos jornais *Notícias* e *O País*:

	Jornal Notícias	O País
Falta de simplicidade	0%	10%
Falta de clareza	20%	30%
Falta de concisão	0%	20%
Falta de correcção	10%	40%

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO

Este estudo esteve centrado na análise da linguagem jornalística usada nas matérias sobre mudanças climáticas, publicadas no último trimestre de 2021 (Outubro a Dezembro), nos jornais moçambicanos *Notícias* e *O País*, com a finalidade de saber até que ponto a linguagem usada nos géneros notícia e reportagem foram acessíveis para a compreensão do leitor.

Dentre os quatro princípios da escrita jornalística seleccionados para a análise, simplicidade, clareza, concisão e correcção, os jornais *Notícias* e *O País* apresentaram os seguintes resultados:

- Simplicidade

Das dez edições analisadas, o *Notícias* mostrou-se acessível, apresentando as notícias e reportagens de forma simples, facilitando, desta forma, a compreensão do leitor.

O País apresentou igualmente boa parte (90%) dos textos usando uma linguagem simples. Entretanto, numa das matérias, houve uso de termos bastante técnicos, dificultando, nalgum momento, o entendimento de quem lê.

- Clareza

Em relação a este princípio, dois dos textos do *Notícias* apresentaram falta de clareza, em alguns parágrafos, ao trazer termos e instrumentos que regulam as políticas climáticas sem, no entanto, desenvolver ou contextualizar o leitor, deixando-o numa situação de incompreensão.

Neste quesito, *O País* apresentou, também, vários textos com clareza. Entretanto, em um deles, houve uso de termos bastante técnicos, enquanto outros dois apresentaram a questão do uso de siglas e abreviaturas pela primeira vez no texto, sem serem situadas ao leitor, o que não é recomendável em jornalismo.

- Concisão

De acordo com Borghetti (2019:11-12), a concisão é pela eliminação de tudo que é supérfluo e acessório e de preservação do que é essencial à inteligibilidade.

Tendo em conta a definição do autor, o *Notícias* foi conciso em todos os textos, trazendo informações essenciais para o leitor.

O País teve 20% dos textos analisados com parágrafos longos, contendo muita informação. Como proposta, estes parágrafos poderiam ser reduzidos ou divididos em outros parágrafos ou períodos menores para facilitar a compreensão.

- Correção

No que concerne à correção, o *Notícias* observou este princípio em quase todos os textos. Mas, um deles apresentou uma situação de dois parágrafos contendo formas de citação inadequadas, o que pode interferir, efectivamente, no entendimento da matéria.

Por seu turno, o jornal *O País* apresentou metade dos seus textos com o princípio de correção observado. A outra metade registou casos de citações não recomendáveis, parágrafos contendo demasiada informação, siglas e abreviaturas desenvolvidas tardiamente, depois de serem escritas primeiro sem o significado.

Desta análise, conclui-se que foram alcançados os objectivos pretendidos, desde verificar a simplicidade, a clareza, a concisão e a correção nas notícias e reportagens sobre mudanças climáticas, publicadas pelos jornais em estudo, como também, averiguar a acessibilidade do vocabulário para perceber se os termos técnicos foram devidamente simplificados.

Durante o trabalho foram cogitadas duas hipóteses: (i) a linguagem usada nas matérias sobre mudanças climáticas publicadas nos jornais *Notícias* e *O País* é acessível, porque os textos observam os principais critérios da escrita jornalística e (ii) a linguagem usada nas matérias sobre mudanças climáticas, no jornal *O País* é menos acessível, se comparado ao *Notícias*, devido ao uso de expressões bastante técnicas e períodos e frases longas, o que dificulta a compreensão do leitor.

Os resultados deste estudo confirmam a segunda hipótese, valendo referir que nenhum dos dois jornais apresentou todas as matérias analisadas observando os quatro princípios (simplicidade, clareza, concisão e correção).

A primeira hipótese foi refutada, a medida em que a análise dos textos mostrou que as matérias dos dois jornais apresentaram, nalgum momento, incoerências em relação aos princípios da escrita jornalística. Já a segunda hipótese é a melhor a ser aplicada, porque, dentre os erros cometidos pelos dois jornais, o *Notícias* foi o que menos irregularidades cometeu. *O País* realmente apresentou alguns textos com períodos e parágrafos longos, como também expressões não muito acessíveis para a compreensão do leitor leigo.

Em suma, em todos os textos, o *Notícias* foi simples e conciso, faltando observar, nalguns textos, os princípios de clareza e concisão. *O País* apresentou, em diferentes textos, falta de simplicidade, clareza, concisão e correccção.

Deste modo, sugere-se que os dois jornais continuem com a frequência na publicação de matérias sobre mudanças climáticas, tal como ocorreu no período em estudo nesta pesquisa, de forma a contribuir para a consciencialização das comunidades sobre as mudanças no clima, como também na adopção de hábitos e acções concretas para mitigar os impactos destas alterações climáticas.

Incentiva-se a atenção na linguagem jornalística, uma vez que temas científicos precisam da tradução acessível e fiel, que pode ser feita pelos meios de comunicação social. Que faça parte da intenção do jornalista escrever para alcançar o maior número de leitores possíveis, porque uma das grandes vantagens da imprensa escrita é a possibilidade de se arquivar e reler o texto tantas vezes o quanto o leitor quiser, pois, este meio tem a particularidade de não ser efémero. Embora a matéria perca a sua actualidade, a informação continua sendo importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Adilson. *A Repercussão das Notícias Veiculadas Pela Mídia no Sec.XXI Sobre as Mudanças Climáticas: Uma Análise Geográfica*, Brasil, 2016.
- ASSMANN, Selvino. *Metodologia de Estudo e de Pesquisa de em Administração*, Universidade Aberta do Brasil, Administração Pública, Volume I, Brasil, 2009.
- BARROS, Morganna. *Definição de Clima*, s/l, 2009.
- BARROSO, Paulo: *A capa congénita da subjectividade: o jornalista entre o interlocutor do acontecimento e o construtor social*, Portugal, (Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu), 2002.
- BATISTA, Caloroline. *O Papel Social do Jornalismo Local na Prática dos Direitos Humanos: Uma Análise do Ja – RBS Tv Santa Rosa*, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 2018.
- BOENO, Wilson da Costa. *Imprensa e Mudanças Climáticas no Brasil: Fontes Hegemónicas e Pouca Atenção aos Conceitos*, s/l, 2013
- BORREGANA, António. *Gramática Universal de Língua Portuguesa*, Texto Editora, Prortugal, 2003.
- BORGHETTI, Maria Aparecida, et all. *Manual de Redacção Jornalística*, Rede Paraná, Brasil, 2019.
- CAVALCANTE, ILANE. *Língua Portuguesa: Funções da Linguagem*, Brasil, 2007.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Edições João Sá da Costa, Lda, 18ª edição, Brasil, 2005.
- DIAS, Osmar, et all: *As Mudanças Climáticas: Riscos e Oportunidades*, Brasil, 2015.
- DINIZ, J. Péricles. *O Impresso na Prática*, Editora UFRB, Bahia, 2013.
- FRAGALLE, Edilson. *Manual de Redacção de Textos Jornalísticos*, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Assessoria de Comunicação Social, 2ª edição, Brasília, 2007.
- FEIJÓ, João. *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais – Experiência de Pesquisas em Contextos Moçambicanos*, Escolar Editora, Maputo, Moçambique, 2017.

- GERHARDT, Tatiana, SILVEIRA, Denise: *Métodos de Pesquisa*, UFRSGS Editora, 1ª edição,
- GIRARDI, Ilza, et all., *Jornalismo Ambiental Teoria e Prática*, Editora Metamorfose, 1ª edição, 2018.
- JACOBI, Pedro, et al. *Temas Atuais em Mudanças Climáticas para os Ensinos Fundamental e Médio*, 1ª edição, São Paulo, 2015
- GONÇALVES, Elizabeth et all. *Reportagem: O Género Sob Medida Para o Jornalismo Contemporâneo*, s/l, 2015.
- GRADIM, Anabela: *Manual de Jornalismo Livro de Estilo do Urbi et Orbi*, Editora Covilhã, 1ª edição, 2000.
- LANGA, José. *Mudanças Climáticas: Impactos e Desafios de Mitigação e Adaptação em Moçambique*, Livaningo, Maputo, 2021.
- LOOSE, Eloisa. *Jornalismo e Riscos Climáticos – Percepções e Entendimento de Jornalistas, Fontes e Leitores*, Editora UFPR, Brasil, 2020.
- LOPES, Paula. *Gêneros Literários e Gêneros jornalísticos – Uma Revisão Teórica e Conceitos*, Lisboa, 2010.
- MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*, 7ª Edição, Editora Atlas S.A, São Paulo, 2010.
- MARCONI, Marina, LAKATOS, Eva. *Fundamentos de Metodologia Científica*, 5ª Edição, Editora Atlas S.A, São Paulo, 2003.
- MARGULIS, Sérgio. *Guia de Adaptação às Mudanças do Clima para Entes Federativos*. Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS), WWF-Brasil, 2017.
- MENDES, Thiago, et all. *Conceitos Básicos Sobre a Mudança do Clima, Causas, Mitigação e Adaptação*, Brasil, 2012
- MOREIRA, Ana, RAMOS, Maria. *Alterações Climáticas e Suas Consequências: Deslocamentos Populacionais Forçados*, Portugal, 2016.
- OLIVEIRA, Maxwell. *Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração*. Universidade Federal de Goiás, Brasil, 2011.

- PEREIRA, Adriana, SHITSUKA, Dorlivete. *Metodologia da Pesquisa Científica. Universidade Federal de Santa Maria*, 1ª edição, 2018.
- RAMOS, Santa, NARANJO, Ernan. *Metodologia da Investigação Científica*, Escolar Editora, Angola, 2014.
- RICHTER, Marc, et all. *Educação Ambiental e Gases de Efeito Estufa (GEE): Uma Abordagem do Papel Metano Para Educação Básica*, São Paulo, 2021.
- SAMPAIO, Rafael, LYCARIÃO, Diógenes. *Análise de Conteúdo Categorial: Manual de Aplicação*, Brasil, 2021.
- SHALHUB, Samira. *Funções da Linguagem*, Editora Ática, São Paulo, 1999.
- SANTOS, Elenir, ROBAZKIEVICZ Maria. *Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE*, Volume 1, Paraná, Brasil, 2013.
- SILVA, António. *Metodologia de Pesquisa: Conceitos Gerais*, 1ª edição, Unicentro, s/d, Paraná, 2014.
- SOUSA, Jorge: *Elementos do Jornalismo Impresso*, Porto, 2001.
- USAID. *Perfil de Risco Climático em Moçambique*, Ficha Informativa, Moçambique, 2018
- VIANA, Carvalho. *Para um Manual de Redação do Jornalismo On-line*, Rio de Janeiro, 2001.
- VIANNA, Ana Elisa. *Aquecimento Global. Diálogo, Ciência e Mídia por uma Análise do Fenómeno e sua Repercussão no Jornalismo Impresso*, Rio de Janeiro 2007
- XAVIER, Maria, KERR, Américo. *O Efeito Estufa e as Mudanças Climáticas Globais*. Instituto de Física da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ZAMPARONI, Cleusa. *O Clima e a Mídia*, Brazil, 2021.

Sites:

- Ensina RTP. *Tensão ou Tenção* <https://ensina.rtp.pt/artigo/como-se-escreve-tensao-ou-tencao/>, publicada em 2017, acesso em 26 de Setembro de 2021.
- FONTELES, Júlia. Poder 360, *Mudança Climática Exige Mais da Mídia*, <https://www.poder360.com.br/opinião/mudanca-climatica-exige-mais-da-midia-escreve-julia-fonteles/>, publicado em 22 de Agosto de 2019, acesso em 03 de Dezembro de 2021.

Bigslam.pt. “Uma data na história” – 15 de Abril de 1926...Jornal “Notícias” - Capitão Manuel Simões Vaz. <https://bigslam.pt/historia/uma-data-na-hora/uma-data-na-historia-15-de-abril-de-1926-jornal-noticias-capitao-manuel-simoes-vaz/> , publicado em 2021, acesso em 10 de Outubro de 2022.

Notícias Online. *Ficha-Técnica*, <https://www.google.com/amp/s/jornalnoticias.co.mz/ficha-tecnica/%famp=1>, publicado em 21 de Junho de 2021, acesso em 10 de Outubro de 2022.

Notícias Online. *Sobre Nós*, <https://jornalnoticias.co.mz/sobre-nos/sociedade-do-noticias-s-a/sobre-nos/>, publicado em 5 de Novembro de 2019, acesso em 15 de Outubro de 2022.

O País. *Ficha Técnica*, <https://opais.co.mz/fichatecnica/>, s/d, acesso em 15 de Outubro de 2022.

O País. Coronavírus e os 15 anos do jornal O País, <https://opais.co.mz/coronavirus-e-os-15-anos-do-jornal-opais/>, publicado em 25 de Maio de 2020, acesso em 14 de Outubro de 2022.

Entrevistas:

- Anabela Massingue – Jornalista e Editora, Jornal Notícias, entrevista concedida em 1 de Junho de 2022, Maputo;
- Carlos Serra – Ambientalista, entrevista concedida em 1 de Agosto de 2022, Maputo;
- Lelo Tayob – Meteorologista, Nacional de Meteorologia (INAM), entrevista concedida em 24 de Agosto de 2022, Maputo;
- Osvaldo Gêmo – Editor, Jornal Notícias, entrevista concedida em 1 de Junho de 2022, Maputo; e
- Regina Charumar – Ambientalista, entrevista concedida em 9 de Agosto de 2022, Maputo.

ANEXOS

1. Matérias do *Jornal Notícias*

O projecto de resiliência costeira pode reduzir impacto das mudanças climáticas

Projectos de resiliência costeira ganham corpo em Inhassoro

O MINISTÉRIO do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) faz uma avaliação positiva da implementação de acções previstas nos projectos de resiliência à actividade pesqueira face às mudanças climáticas, no distrito de Inhassoro em Inhambane.

De acordo com o secretário permanente do MIMAIP, Naivir Mundlovo, que recentemente trabalhou em Inhassoro, as iniciativas identificadas estão paulatinamente a tomar-se numa melhor alternativa aos focos de insegurança alimentar, resultantes das mudanças climáticas, com destaque para secas cíclicas, cheias abundantes e tempestades.

No encontro de três dias que juntou participantes de outros pontos do país, o secretário permanente deu como exemplo a prática de agricul-

tura de conservação, criação de gado caprino, construção de fontes de abastecimento de água, instalação de sistemas de frio para a conservação do pescado e multiplicação de plantas para a protecção costeira.

Os projectos de resiliência estão em implementação em três províncias, designadamente Inhambane, Sofala e Nampula e têm como objectivo empoderar as comunidades de zonas costeiras, de modo a reduzir a pressão exercida sobre o mar.

Uma das futuras de empenhamento é a criação de peixe em cativeiro, incursão da prática de culturas resistentes à seca nas zonas semi áridas, além de técnicas para evitar perdas de excedentes agrícolas por via da secagem.

Mundlovo elogiou os residentes de Vuka, zona

costeira de Inhassoro, pelo seu envolvimento nos projectos, pelos progressos alcançados na região, mas, sobretudo por acatarem com as recomendações das autoridades administrativas locais e por vários intervenientes, tendo considerado um belo exemplo a replicar nas províncias onde os projectos de resiliência aos eventos das mudanças climáticas têm lugar.

Na avaliação destas iniciativas na província de Inhambane, além do MIMAIP, participaram, entre vários convidados, os administradores de Dondo e Memba, Maria Roxo e Juna Catarie, respectivamente, que no fim do evento se viram inspirados e prometeram replicar a experiência de Inhassoro nos seus distritos.

PM participa na Conferência sobre Mudanças Climáticas

O PRIMEIRO-MINISTRO, Carlos Agostinho do Rosário, participa a partir de amanhã, em Glasgow, Reino Unido, na Conferência sobre Mudanças Climáticas, em representação do Presidente da República, Filipe Nyusi.

A conferência pretende adoptar decisões e recomendações que impulsionam a implementação de três instrumentos, nomeadamente a Convenção

das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris, indica uma nota recebida pelo "Notícias".

Está agendada uma reunião para chefes de Estado e de Governo com vista a manifestarem o compromisso político de agilizar as negociações visando operacionalizar o Acordo de Paris.

De acordo com o documento, consta ainda a rea-

lização da 26ª conferência (COP 26); 16ª Reunião do Protocolo de Kyoto (CMP 16) e a 3ª Reunião do Acordo de Paris (CMA 3).

Nesta deslocação, o Primeiro-Ministro faz-se acompanhar pelos vice-ministros dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Manuel Gonçalves, da Terra e Ambiente, Fernando Bermane, quadros do Governo, sector privado e sociedade civil.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Estratégia nacional centrada na mitigação e resiliência

FRANCISCO MANJATE,
EM GLASGOW

MOCAMBIQUE está a implementar várias medidas de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas com o objectivo de conter a propagação destes fenómenos naturais e travar o seu impacto nefasto sobre a população.

A informação foi partilhada pelo Primeiro Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, no lançamento ontem, em Glasgow, Escócia, da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), instrumento que contém as propostas de acções a serem implementadas pelo Governo para combater as alterações naturais.

Apresentado num evento paralelo à 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), o NDC foi elaborado em Novembro de 2018 e actualizado este ano para incorporar outras acções específicas relacionadas com os desafios que o país enfrenta nesta matéria.

Carlos Agostinho do Rosário destacou que, para garantir maior capacidade de resiliência, o Governo tem em curso acções estratégicas nas áreas de agricultura, pescas, segurança social e capacitação institucional, abastecimento de água, saneamento e saúde que são vitais para as comunidades.

O governante assumiu que o país tem o compromisso de diversificar a sua matriz energética, com predominância das energias limpas e amigas do ambiente, entre as



PM trocando impressões com David Jackson, do Fundo da ONU para o Desenvolvimento do Capital

quais eólicas, hidroeléctricas e solares.

O Primeiro Ministro explicou que o NDC foi elaborado pelo Governo para responder à actual dinâmica das mudanças climáticas e surge como proposta do país no quadro do Acordo de Paris.

"Após a Conferência de Paris, Moçambique fez a revisão da primeira Contribuição Nacionalmente Determinada para o período 2020-2025. Este é o documento que estamos aqui a apresentar", disse, lançando apelo aos parceiros de cooperação a se juntarem aos esforços do Governo, com

vista a assegurar a implementação deste instrumento, que disse ser importante para fazer face às mudanças climáticas.

"Precisamos de recursos para o financiamento de acções de adaptação e mitigação. Moçambique, sozinho, não conseguirá ter recursos necessários para assegurar a materialização de acções de adaptação e mitigação aos efeitos das mudanças climáticas, que têm sido cada vez mais frequentes", afirmou o Primeiro-Ministro.

Para elucidar sobre a urgência que se impõe neste processo, o governante recor-

reu a números e lembrou que, nos últimos 40 anos, Moçambique foi assolado por 21 ciclones tropicais, 20 inundações e 21 secas.

"O nosso país encontra-se na riva dos fenómenos climáticos extremos que, ultimamente, ocorrem com maior frequência e intensidade. Em 2019, Moçambique foi atingido pelos ciclones Idai e Kenneth. Enquanto o país ainda estava a sentir os impactos dos ciclones Idai e Kenneth, foi mais uma vez assolado, em 2020 e 2021, pelos ciclones Gwambe, Chalane e Eloise", lamentou.

CONFERÊNCIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

País propõe uso do gás para transição energética

FRANCISCO MANJATE,
EM GLASGOW

O GOVERNO propõe-se a utilizar o gás natural como energia de transição para fontes mais limpas, a fim de minimizar os impactos deste processo no desenvolvimento socioeconómico nacional.

A ideia foi partilhada ontem pelo Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, em Glasgow, Escócia, na sua intervenção na sessão de alto nível da 26.ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-26), que decorre até dia 1) deste mês.

Falando num painel de altos dignitários mundiais, entre chefes de Estado e de Governo, Carlos Agostinho do Rosário assinalou que esta estratégia vai contribuir para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

“Moçambique defende uma transição energética para energias mais limpas e amigas do ambiente que seja gradual e faseada, de modo a minimizar o impacto no processo de desenvolvimento económico do nosso país”, afirmou o governante, que participa no encontro em representação



PM intervindo na conferência sobre mudanças climáticas

do Presidente da República, Filipe Nyusi.

Resolução que constitui prioridade para o país a implementação de um programa de transição energética assente numa matriz

diversificada, com fontes mais limpas e amigas do ambiente, que estão em consonância com os programas de desenvolvimento.

Entretanto, não obstante

este desafio, o Primeiro-Ministro assumiu o compromisso de que a aposta continuará a ser nas energias renováveis, com ênfase para a hidroelétrica, solar e eólica.

Por isso, disse que Moçambique está determinado a continuar a envolver esforços para atingir, até ao ano 2030, os níveis de 67 por cento da contribuição de energias renováveis na matriz energética nacional, isto no âmbito do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

“Contudo, reconhecemos que o alcance destes níveis é um grande desafio para Moçambique, porque pressupõe fontes de financiamento e tecnologias adequadas devidamente asseguradas para facilitar a massificação do uso de energias limpas”, admitiu o governante.

Em face destas circunstâncias, o Primeiro-Ministro convidou os parceiros bilaterais e multilaterais a apoiarem os esforços nacionais na mobilização de recursos e tecnologias necessárias para a implementação de um programa de transição energética que inclua fontes mais limpas e amigas do ambiente sem, contudo, comprometer o processo de desenvolvimento socioeconómico do país.

Falou ainda da aposta nacional nas oportunidades do mercado voluntário do carbono para promover a gestão sustentável das florestas.

COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

PM defende flexibilização de fundos para projectos

FRANCISCO MANJATE,
EM GLASGOW

OS países em vias de desenvolvimento defendem a flexibilização dos mecanismos de acesso a fundos para o financiamento de projectos relacionados com as calamidades naturais.

O alerta foi lançado pelo Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, em Glasgow, na Escócia, onde decorre a 26.ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Um dos grandes constrangimentos enfrentados pelos países de economias emergentes prende-se com a burocracia e, quiçá, lentidão na disponibilização das verbas mobilizadas, através de sistemas de financiamento inter-

nacionais para acções de mitigação e adaptação.

Para ilustrar a sua preocupação e apelar à urgência na mudança deste paradigma, Carlos Agostinho do Rosário explicou que, por exemplo, nos últimos dois anos Moçambique foi afectado por cinco ciclones tropicais, sendo “Idai” e “Kenneth” os mais devastadores.

Estes fenómenos naturais provocaram perdas de centenas de vidas humanas, afectaram mais de 800 mil pessoas e causaram elevados danos sociais e económicos, calculados em mais de três mil milhões de dólares norte-americanos.

O país recebeu promessas de apoios para garantir a recuperação pós-ciclones, contudo, os mais de três bilhões de dólares prometidos ao Gover-

no, numa iniciativa promovida em parceria com as Nações Unidas ainda não se concretizou na plenitude.

“Moçambique sozinho, tal como os outros países em desenvolvimento, não conseguirá ter recursos necessários para financiar estas acções estruturantes para fazer face aos impactos das mudanças climáticas. Por isso, apelamos à mobilização de mais meios, suavização dos critérios de acesso aos mesmos e transferência de tecnologias”, declarou o Primeiro-ministro.

Lamentou o facto de estes eventos climáticos extremos que assolam o país afectarem os esforços do Governo para atender às prioridades nacionais, em particular a segurança alimentar, que é crítica para a redução da pobreza.

Medidas ambiciosas de um país vulnerável e não emissor

FRANCISCO MANIATE

MOCIMBÍQUE é um país desenvolvido a nível mundial, até 2000, cerca de 60 por cento de energia renovável, no quadro da sua estratégia de redução de emissões de dióxido de carbono.

Este compromisso é assumido por uma nação que integra o grupo de países não emissores, uma vez que liberta gases de efeito de estufa (GEE) em quantidades ínfimas e insuportáveis para causar o aquecimento global.

Por exemplo, dados oficiais do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) indicam que, nos países africanos e outros em via de desenvolvimento, uma emissão de dióxido de carbono, principalmente, situada em 20 por cento. O IPCC é o órgão científico que aconselha a Organização das Nações Unidas em matéria de relatórios ambientais e de desenvolvimento sustentável.

No âmbito de um acordo de longo prazo, a União Europeia, o Reino Unido e o Canadá, entre outros, comprometeram-se a reduzir as suas emissões de gases de efeito de estufa em 40 por cento, em comparação com 1990, até 2020. O compromisso de longo prazo é de reduzir as emissões de gases de efeito de estufa em 80 por cento, em comparação com 1990, até 2050.



O país sofre por estar na rota das alterações climáticas

Mocimboque é a consciência da sua contribuição para o combate ao aquecimento global, tendo em conta o nível de vulnerabilidade a que está exposto, principalmente em razão da sua posição na esfera global, e pelo compromisso nacional de combater as alterações climáticas.

Não obstante este facto, o país está a 20º Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP20), que ocorreu nesta data, na cidade escocesa de Glasgow, a par do Acordo de Paris, celebrado na França em 2015, e de que todos os países - ricos, emergentes e pobres - devem contribuir, de alguma forma.

Para ilustrar, o país foi afetado, em 2019 e 2020, por cinco ciclones, sendo Kit e Kenneth os mais devastadores. Isto faz com que alguns especialistas da área digam que Mocimboque é um "canário de carbono".

O impacto destes fenómenos naturais desta natureza ou outros de desenvolvimento sócio económico, para além de afetar para a perda de vidas humanas, afetam a produção agrícola, a saúde pública e a economia, com impactos diretos e indiretos, empurrando, deste modo, o país para a pobreza.

Por outro lado, a economia do país é em grande parte dependente da agricultura, que representa 24 por cento do produto interno bruto (PIB) e base de subsistência para cerca de 70 por cento da população.

Além disso, os impactos do aumento do nível das águas do mar, no contexto de alterações climáticas, provocam perdas de centenas de vidas humanas, afetam milhões de pessoas e causam elevados danos sociais e económicos, sobretudo em mais de três mil milhões de dólares (1,4 mil milhões de euros).

Por outro lado, a economia do país é em grande parte dependente da agricultura, que representa 24 por cento do produto interno bruto (PIB) e base de subsistência para cerca de 70 por cento da população.

Além disso, os impactos do aumento do nível das águas do mar, no contexto de alterações climáticas, provocam perdas de centenas de vidas humanas, afetam milhões de pessoas e causam elevados danos sociais e económicos, sobretudo em mais de três mil milhões de dólares (1,4 mil milhões de euros).

Por outro lado, a economia do país é em grande parte dependente da agricultura, que representa 24 por cento do produto interno bruto (PIB) e base de subsistência para cerca de 70 por cento da população.

Além disso, os impactos do aumento do nível das águas do mar, no contexto de alterações climáticas, provocam perdas de centenas de vidas humanas, afetam milhões de pessoas e causam elevados danos sociais e económicos, sobretudo em mais de três mil milhões de dólares (1,4 mil milhões de euros).



Carlos Aguiar de Sa aponta a redução de emissões para trazer aquecimento global

Da mitigação à adaptação

Na verdade, a COP20 constitui uma oportunidade para, no âmbito do Princípio Mitigação, ratificar o compromisso de Mocimboque em trabalhar efetivamente na redução de gases de efeito de estufa e medidas que permitam abordar as mudanças climáticas de forma proativa e resiliente.

Tendo em conta a importância com que os compromissos climáticos se registam no terreno, a nossa abordagem está centrada na prevenção, adaptação, mitigação, reconhecimento da população vulnerável para desenvolvimento, construção de infra-estruturas resilientes, entre outras, como de práticas agrícolas sustentáveis, gestão sustentável dos recursos hídricos, planeamento sustentável, mobilidade urbana e aviação.

As intervenções setoriais em trabalho incluem a integração de NDC, do Plano Nacional de Adaptação (NAP) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos planos cinco anos do Plano de Desenvolvimento.

Mocimboque também se comprometeu a implementar o plano de adaptação, o desenvolvimento e o financiamento de projetos de energia renovável e renováveis (2.200 MW), bem como, desde então, a proteção de ecossistemas terrestres e de água doce.

Na verdade, a COP20 constitui uma oportunidade para, no âmbito do Princípio Mitigação, ratificar o compromisso de Mocimboque em trabalhar efetivamente na redução de gases de efeito de estufa e medidas que permitam abordar as mudanças climáticas de forma proativa e resiliente.

Tendo em conta a importância com que os compromissos climáticos se registam no terreno, a nossa abordagem está centrada na prevenção, adaptação, mitigação, reconhecimento da população vulnerável para desenvolvimento, construção de infra-estruturas resilientes, entre outras, como de práticas agrícolas sustentáveis, gestão sustentável dos recursos hídricos, planeamento sustentável, mobilidade urbana e aviação.

As intervenções setoriais em trabalho incluem a integração de NDC, do Plano Nacional de Adaptação (NAP) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos planos cinco anos do Plano de Desenvolvimento.

Mocimboque também se comprometeu a implementar o plano de adaptação, o desenvolvimento e o financiamento de projetos de energia renovável e renováveis (2.200 MW), bem como, desde então, a proteção de ecossistemas terrestres e de água doce.

Na verdade, a COP20 constitui uma oportunidade para, no âmbito do Princípio Mitigação, ratificar o compromisso de Mocimboque em trabalhar efetivamente na redução de gases de efeito de estufa e medidas que permitam abordar as mudanças climáticas de forma proativa e resiliente.

Tendo em conta a importância com que os compromissos climáticos se registam no terreno, a nossa abordagem está centrada na prevenção, adaptação, mitigação, reconhecimento da população vulnerável para desenvolvimento, construção de infra-estruturas resilientes, entre outras, como de práticas agrícolas sustentáveis, gestão sustentável dos recursos hídricos, planeamento sustentável, mobilidade urbana e aviação.

As intervenções setoriais em trabalho incluem a integração de NDC, do Plano Nacional de Adaptação (NAP) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos planos cinco anos do Plano de Desenvolvimento.

Mocimboque também se comprometeu a implementar o plano de adaptação, o desenvolvimento e o financiamento de projetos de energia renovável e renováveis (2.200 MW), bem como, desde então, a proteção de ecossistemas terrestres e de água doce.

Sequestrar 76 milhões/ton. de carbono

Cláudio Alves, diretor nacional de Mudanças Climáticas no Ministério da Terra e Ambiente, explicou, na entrevista ao "Notícias", que, no âmbito do compromisso de longo prazo, o país pretende sequestrar 76 milhões de toneladas de carbono por ano, através de projetos de reflorestamento e outras atividades de conservação ambiental.

No NDC de 2015, Mocimboque definiu como compromisso a redução de 1,2 mil milhões de toneladas de dióxido de carbono. Mas agora esta meta sofreu e aumentou-se para 1,8 mil milhões de toneladas. Entretanto, estas ações incluem a proteção de ecossistemas terrestres, marinhos, transientes, tecnológicos, bem como a capacidade institucional.

De forma geral, o documento 2015 define-se em termos de compromisso de sequestração de carbono, bem como, garantir o desenvolvimento sustentável, através da integração existente entre os componentes socioeconómicos e ambientais.

Portanto, foi feito, segundo o plano operacional, "que é uma forma de carbono de terras desmatadas que tem estado a ser global contra as alterações climáticas que tem estado a afetar as zonas costeiras".

No entanto, as prioridades de ações climáticas no documento não se limitam ao sequestro de carbono, o governo compromete-se também a realizar outras atividades que possa ajudar a reduzir vários tipos de gases, igualmente considerados de efeito de estufa e que têm importância no aquecimento global, incluindo em setores como agricultura, transportes e comunicação.

O processo de implementação de NDCs é um processo complexo e requer a participação de todos os setores da sociedade. É importante garantir que as ações climáticas sejam implementadas de forma eficaz e sustentável.



O governo diz que vai investir na construção de estradas e portos mais resilientes

A nossa matriz energética

MOCIMBÍQUE é um país desenvolvido a nível mundial, até 2000, cerca de 60 por cento de energia renovável, no quadro da sua estratégia de redução de emissões de dióxido de carbono.

Este compromisso é assumido por uma nação que integra o grupo de países não emissores, uma vez que liberta gases de efeito de estufa (GEE) em quantidades ínfimas e insuportáveis para causar o aquecimento global.

Por exemplo, dados oficiais do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) indicam que, nos países africanos e outros em via de desenvolvimento, uma emissão de dióxido de carbono, principalmente, situada em 20 por cento. O IPCC é o órgão científico que aconselha a Organização das Nações Unidas em matéria de relatórios ambientais e de desenvolvimento sustentável.

No âmbito de um acordo de longo prazo, a União Europeia, o Reino Unido e o Canadá, entre outros, comprometeram-se a reduzir as suas emissões de gases de efeito de estufa em 40 por cento, em comparação com 1990, até 2020. O compromisso de longo prazo é de reduzir as emissões de gases de efeito de estufa em 80 por cento, em comparação com 1990, até 2050.

Para ilustrar, o país foi afetado, em 2019 e 2020, por cinco ciclones, sendo Kit e Kenneth os mais devastadores. Isto faz com que alguns especialistas da área digam que Mocimboque é um "canário de carbono".

Há esforços, mas...

As ações implementadas pelo Governo no quadro de combate às alterações climáticas não têm sido reconhecidas pelos parceiros de cooperação.

Por exemplo, David Jackson, diretor geral do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), reconheceu o trabalho desenvolvido pelo país no âmbito da adaptação, resiliência e inclusão social, mas não reconheceu o trabalho desenvolvido no âmbito da mitigação.

Uma experiência e liderança progre é demonstrada a nível de articulação existente no nível do Governo e na relação com as comunidades afetadas, bem como, a nível de ações de combate às alterações climáticas, sobretudo David Jackson, sublinhando o facto de grande parte das ações terem sido feitas em parceria com o setor privado.

Por exemplo, o país não é considerado um grande emissor, mas tem estado a sofrer as suas consequências. Foi, por isso, que o governo criou o longo, contrato preliminar de, reconhecimento, trabalho mais para trazer este conhecimento, entre outros.

Além, na perspectiva de trazer mais parcerias para junto do Governo e do setor privado, para implementar as atividades que, na sua opinião, estão relacionadas com a estratégia de adaptação e mitigação às mudanças climáticas e a todo o conjunto de programas de desenvolvimento de Mocimboque.

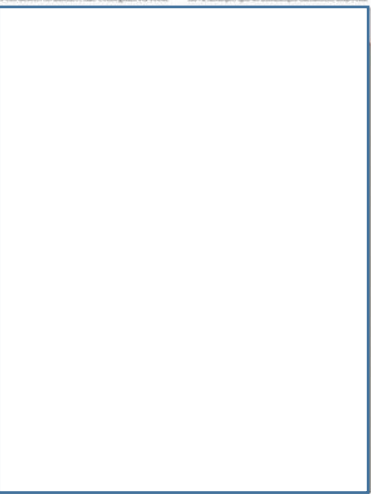
Uma experiência e liderança progre é demonstrada a nível de articulação existente no nível do Governo e na relação com as comunidades afetadas, bem como, a nível de ações de combate às alterações climáticas, sobretudo David Jackson, sublinhando o facto de grande parte das ações terem sido feitas em parceria com o setor privado.

Por exemplo, o país não é considerado um grande emissor, mas tem estado a sofrer as suas consequências. Foi, por isso, que o governo criou o longo, contrato preliminar de, reconhecimento, trabalho mais para trazer este conhecimento, entre outros.

Além, na perspectiva de trazer mais parcerias para junto do Governo e do setor privado, para implementar as atividades que, na sua opinião, estão relacionadas com a estratégia de adaptação e mitigação às mudanças climáticas e a todo o conjunto de programas de desenvolvimento de Mocimboque.

Uma experiência e liderança progre é demonstrada a nível de articulação existente no nível do Governo e na relação com as comunidades afetadas, bem como, a nível de ações de combate às alterações climáticas, sobretudo David Jackson, sublinhando o facto de grande parte das ações terem sido feitas em parceria com o setor privado.

Por exemplo, o país não é considerado um grande emissor, mas tem estado a sofrer as suas consequências. Foi, por isso, que o governo criou o longo, contrato preliminar de, reconhecimento, trabalho mais para trazer este conhecimento, entre outros.



Urge melhorar inclusão na cobertura dos eventos climáticos



A PARTICIPAÇÃO dos órgãos de comunicação na cobertura dos eventos climáticos extremos é boa, mas ainda é preciso melhorar o processo de inclusão, numa altura em que a imprensa está implantada em todo o país.

A posição é do técnico do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco e Desastres (INGD), Bonifácio António, falando na cidade da Beira, no final de um evento de capacitação de jornalistas sobre a cobertura de assuntos relacionados com eventos climáticos extremos, como ciclones, sismos, terramotos, cheias, secas, incêndios de grande magnitude, entre outros fenómenos adversos.

Envolvendo jornalistas de diversos órgãos de comunicação social, comunicadores e produtores de programas infantis juvenis, a iniciativa foi promovida pela Rede de Comunicadores e Amigos de Criança (RHCA) e o Fórum Moçambicano dos Deficientes (FAMOD) e acontece num momento em que se aproxima mais uma época chuvosa e ciclónica.

Chamado a abordar o tema sobre atendimento de pessoas com cuidados espe-

ciais, o orador destacou que a participação dos diferentes actores neste processo minimiza os impactos negativos das mudanças climáticas.

Indicou que o sector do Género, Criança e Acção Social tem um papel específico para o efeito, estando incorporado no plano de contingência dos desastres naturais para o período antes, durante e depois de eventos extremos.

Apontou que os parceiros estão organizados em classes, designadamente estruturas sociais, que engloba UNICEF e outras Agências das Nações Unidas que lidam directamente com a problemática, incluindo organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras.

O interveniente partilhou a previsão meteorológica sazonal desta época chuvosa e ciclónica 2021/2022, conceitos básicos das medidas de funcionamento da instituição neste novo formato.

Bonifácio António focalizou, na sua apresentação, as principais incidências de eventos extremos na presente época chuvosa, depois de serem conhecidas as previsões climáticas sazonais, com ex-

cesso de chuvas em determinados locais e escassez em outros.

As componentes de busca, salvamento e assistência humanitária dominaram o foco das apresentações sobre a matéria cujos participantes consideraram como mais-valia.

Disse que com ajuda dos parceiros e em pequenos grupos vai ser reforçada a capacidade de intervenção dos jornalistas, transmitindo-se conceitos dos níveis de organização na gestão e redução do risco de desastres.

O plano director, legislação, regulação, estudos, mudanças climáticas e quadro do indicador foram também matérias transmitidas aos jornalistas neste evento.

Com especial enfoque para a protecção das crianças com deficiência, o oficial de comunicação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Moçambique, Gabriel Pereira, considerou como crucial o acesso à informação para aquele grupo-alvo, numa situação de emergência, particularmente para os menores deslocados.

CAMPANHA AGRÁRIA 2021/2022

Pequenos agricultores apoiados em resiliência climática

CERCA de 10 mil pequenos agricultores das províncias de Gaza, Sofala e Tete vão receber treinamento sobre boas práticas de agricultura, assim como medidas de resiliência às mudanças climáticas, em preparação da próxima campanha agrícola 2021/2022.

A iniciativa está avaliada em pouco mais de 20 milhões de dólares (1,2 milhão de meticais) e é implementada pelo Programa Mundial para Alimentação (PMA), em parceria com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR), o Instituto

Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) foram capacitados em medidas de resiliência climática rural e deverão transmitir os conhecimentos a outros 10 mil agricultores.

As medidas incluem a partilha de informações climáticas, interpretação das previsões meteorológicas e disseminação pelas rádios locais, a fim de ajudar a mitigar os riscos de desastres e adaptar as actividades rurais, o mapeamento dos recursos disponíveis, a selecção de culturas mais apropriadas e o maneio de pragas.

tor adjunto do PMA em Moçambique, Pierre Lucas.

Acrescentou que o objectivo é que os pequenos agricultores sejam mais resilientes às mudanças climáticas, controlando melhor os riscos ligados ao clima.

Uma pesquisa feita a 340 agricultores que usam esta metodologia, após a colheita passada, revelou que 80 por cento considerou que a aprendizagem foi útil para o planeamento e tomada de decisão.

Quase todos os inquiridos (96 por

cento) com os desafios ligados ao clima (72%) e que os resultados trouxeram melhoria na sua segurança alimentar (71 por cento) e renda (67 por cento).

Uma das beneficiárias do projecto, a agricultora Lucrécia Chilale, 51 anos, do distrito de Guijá, província de Gaza, afirmou que aprendeu a produzir adubo natural para o plantio.

A iniciativa é apoiada pelo projecto Acção Pró-Resiliência (PRO-AGT), financiado em três milhões de dólares pela União Europeia. Apoiam ainda a Agência de Cooperação Internacional

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Comunidades devem ser envolvidas

A ASSOCIAÇÃO Nacional de Extensão Rural (AENA), em Nampula, defende a necessidade de o Governo elaborar os planos de adaptação às mudanças climáticas com o envolvimento das comunidades, tendo em consideração os problemas que elas enfrentam, principalmente no litoral.

O repto foi defendido esta semana, na cidade de Nampula, pelo director executivo da agremiação, Jordão Júnior, durante um seminário subordinado ao tema "Reflexão sobre as Mudanças Climáticas e Seu Impacto em Moçambique e na Província de Nampula, em Particular".

Segundo a fonte, o Governo defende que questões de mu-

danças climáticas devem ser tomadas no processo de planificação e quando for delineado torna-se importante envolver as pessoas que sofrem dos efeitos destes fenómenos ao nível das comunidades rurais.

Jordão Júnior disse que a sua organização tem levado a cabo algumas acções de advocacia para as comunidades de algumas zonas de Nampula para influenciar a mudança de comportamento.

Num outro desenvolvimento, Júnior disse que o país necessita de uma justiça ambiental e climática mais rigorosa, com vista a disciplinar a sociedade para sucesso do processo de exploração dos recursos naturais.

País posiciona-se face às mudanças climáticas

MOÇAMBIQUE reiterou, quinta-feira, o seu compromisso na adopção de estratégias para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Segundo Vicente Joaquim, secretário de Estado na cidade de Maputo, o país é altamente vulnerável às mudanças climáticas, pelo que é pertinente a continuidade do processo de integração da componente de adaptação nos processos de planificação a todos os níveis, reforçando a implementação da Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas, a curto e médio prazos.

Apontou que a elaboração do Plano Nacional de Adaptação e do Plano de acção da ENAMMC contribuirá para uma melhor planificação das actividades, alimentar a base de

dados da plataforma de gestão integrada sobre mudanças climáticas em desenvolvimento, bem como a elaboração do relatório anual sobre mudanças climáticas.

"Para se planificar correctamente é necessário conhecer as actividades relacionadas com a adaptação que está em curso no país, com vista a fazer-se a análise das existentes, bem como as áreas onde se pode intensificar a integração da adaptação. Este processo também inclui o mapeamento de diferentes actores que podem apoiar a curto, médio e longo prazos a sua implementação", disse Vicente Joaquim, quinta-feira, na reunião de consulta pública do Plano Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas da Região Sul.

2. Matérias do Jornal *O País*

Moçambique na semana sobre clima e biodiversidade da Expo 2020 Dubai

➤ O Ministério da Terra e Ambiente, através de uma delegação que integra quadros dos sectores de Inspeção, Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) e Planificação e Cooperação, participa na semana sobre Clima e Biodiversidade na Expo 2020 Dubai, Emirados Árabes Unidos.

Texto: Nome Apellido
Foto: Norma Apellido

Além do Ministério da Terra e Ambiente, juntaram-se, ainda, técnicos do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) à equipa do COGEDU, destacada para a preparação e acompanhamento da Expo 2020 Dubai no pavilhão de

Moçambique.

A abertura da Expo 2020 Dubai teve lugar no dia 01 de Outubro de 2021. Entre os dias 03 e 09 de Outubro 2021, decorre a semana temática sobre Clima e Biodiversidade (Conservação da Biodiversidade, Florestas, Alterações climáticas e risco de desastre, Energia Limpa). Na semana temática da biodiversidade, serão discutidos



temas como alterações climáticas e risco de desastres; Economia Circular, Regiões em risco, Conservação da Biodiversidade e Energia. Durante as várias semanas temáticas da Expo 2020 Dubai, Moçambique vai apresentar projectos concretos e estruturantes no âmbito da dinamização de investimentos para o desenvolvimento do país. A participação da delegação moçambicana enquadra-se no tema

"Gestão Sustentável da Natureza, o Melhor legado para as gerações vindouras", aprovado pelo Conselho de Ministros, o qual se baseia nos quatro pilares prioritários no contexto de desenvolvimento do país, nomeadamente, infra-estruturas, agricultura, energia e turismo.

Durante a Expo 2020 Dubai, diferentes delegações do país, representando os diferentes sectores responsáveis pela implementação daqueles pilares, tomarão parte

em eventos específicos da Expo.

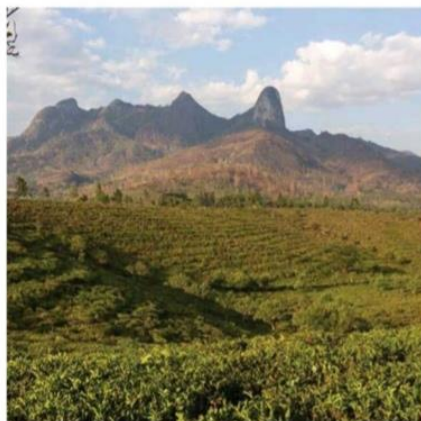
A Expo 2020 Dubai é a maior exposição do mundo e retine mais de 190 países durante 182 dias de versão, inovação e muito mais. Importa salientar que Moçambique é representado através do Comissariado-Geral para a Expo 2020 Dubai (COGEDU), sob o lema "Conectando Mentes, Criando o Futuro", "Gestão Sustentável da Natureza, o Melhor Legado para as Gerações Vindouras".

Filipe Nyusi alerta para a tomada de cuidados para não prejudicar o ambiente

O Presidente da República, Filipe Nyusi, diz que é preciso adoptar práticas que não prejudiquem o meio ambiente, em particular o solo. Filipe Nyusi faz este apelo numa mensagem, por ocasião do Dia Internacional para Redução de Desastres, e lembra que a má gestão do solo, por desmatamento ou outras práticas, causa erosão, salinização e outros problemas que reduzem a capacidade de mitigação das alterações climáticas e da protecção da biodiversidade.

Desde 1989 em que a cada 13 de Outubro se celebra o Dia Internacional para Redução de Desastres. A data foi instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com o propósito de alertar os povos para a necessidade de adoptar políticas e práticas de prevenção e mitigação dos riscos de desastres naturais, aumentando, assim, a resiliência das comunidades.

Por ocasião da efeméride, o Pre-



sidente da República diz que Moçambique é um dos mais propensos aos desastres naturais por causa da sua localização geográfica.

"As mudanças climáticas propiciam a susceptibilidade aos ventos fortes, temporais, ciclones, cheias, inundações, secas entre outros eventos extremos. Anualmente, perdemos vidas humanas, animais, diversas culturas e inúmeras infra-estruturas públicas e privadas", explicou.

No mundo, o impacto dos desastres é ainda grave nos países mais pobres, razão pela qual o lema das celebrações deste ano, que se realizam no contexto da pandemia da COVID-19, é "Fortalecer a cooperação internacional para países em desenvolvimento por forma a reduzir o risco de desastres e as perdas por desastres".

"Enquanto, por um lado, reconhecemos as dificuldades em evitar os desastres, por outro lado,

temos consciência de que os danos que eles causam podem ser reduzidos com a tomada de algumas medidas", diz o Presidente da República.

Uma destas medidas aponta o Chefe do Estado: "É de todos evitarmos práticas que prejudicam o meio ambiente em particular o solo. A má gestão do solo por desmatamento ou outras práticas causa a sua degradação resultando na erosão, a salinização e outros problemas reduzindo a sua capacidade de mitigação das alterações climáticas e da protecção da biodiversidade".

Filipe Nyusi termina a mensagem, apelando às comunidades para acatarem os avisos prévios sobre a ocorrência dos eventos extremos emitidos pelas autoridades de gestão de desastres, com vista a evitar danos humanos e em infra-estruturas, que só retardam o nosso progresso.

País encaixa USD 6.4 milhões por redução da degradação florestal

Moçambique é o primeiro país no mundo a receber cerca de 6.4 milhões de dólares, por ter reduzido emissões de desmatamento e degradação florestal, revelou a ministra da Terra e Ambiente, Ivete Maibaze.



Foto: Wilson Macovei
Foto: O País

O pagamento de perto de USD 6.4 milhões dólares norte-americanos resulta do facto de Moçambique ter reduzido 1,28 milhão de toneladas de emissões de carbono, volvidos 12 meses após a celebração do acordo.

O desembolso do valor, o primeiro neste contexto, é feito pelo Fundo de Parceria para o Carbono Florestal (Forest Carbon Partnership Facility), programa que visa reduzir o desmatamento e a degradação florestal, ao mesmo tempo que melhora a vida das populações rurais em nove distritos

da província da Zambézia, nomeadamente, Mocuba, Mulevala, Mocubela, Alto-Molocós, Maganja da Costa, Pebane, Ilé, Gilé e Gúrat.

Trata-se de uma iniciativa-piloto a decorrer naqueles distritos, desde 2018 até 2024, cujo objetivo é promover a conservação florestal e práticas agrícolas que contribuem para a redução do desmatamento e degradação florestal.

No âmbito do mesmo fundo, prevê-se pagar até 50 milhões de dólares, se o país conseguir reduzir pelo menos 10 milhões de toneladas de emissões de carbono. A ministra da Terra e Ambiente,

Ivete Maibaze, explica o que o país fez para alcançar este sucesso.

"Para o efeito, o país criou condições para monitorar as emissões resultantes de desmatamento florestal, através de uma unidade de monitoria, medição, reporte e verificação. Esta unidade foi responsável pela produção do primeiro nível de referência de emissões do nosso país, reporte de emissões do programa da Zambézia e pela produção de dados anuais do desmatamento e emissões à escala nacional", referiu Maibaze.

Segundo o representante do Banco Mundial, Michel Matera, Moçambique mostrou que muitos

problemas discutidos, há anos, sobre as emissões de carbono têm solução.

"Estamos a mostrar ao mundo que a iniciativa REDD+ é viável e que pode trazer resultados em grande escala, tanto para o clima, como para as comunidades locais, que dependem fortemente dos recursos naturais para a sua subsistência", finalizou Matera.

Por seu turno, a diretora do Banco Mundial para Moçambique, Madagascar, Maurícias, Seychelles e Comores, Idah Pwaryi-Kiddibough, considera que prevenir o desmatamento e aumentar os esforços para restaurar as florestas que já foram danificadas são ações igualmente essenciais para garantir um futuro mais seguro, resistente ao clima e mais próspero para as comunidades locais e para o país como um todo.

"Esses esforços são caros e acordos de pagamento como estes podem mudar o jogo, pois fornecem os recursos financeiros necessários para melhorar o manejo sustentável das florestas e sua resiliência", frisou Pwaryi-Kiddibough.

Esta é a primeira vez em que Moçambique participa num programa de pagamento por redução de emissões do Fundo da Parceria do Carbono Florestal, e pretende fazer face aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

É de salientar que o país se prepara para participar na COP 26 sobre Mudanças Climáticas, a

ter lugar de 31 de Outubro a 12 de Novembro próximo, em Glasgow, no Reino Unido, onde será apresentada a NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) com indicadores, metas e orçamento actualizados, meros do sucesso de iniciativas como REDD+.

Cerca de 43%, ou 34 milhões de hectares de todo o território nacional, são cobertos por florestas naturais que foram severamente degradadas ao longo dos anos. Em Agosto de 2021, Moçambique apresentou o seu segundo Relatório de Monitoria da Redução de Emissões, cobrindo o período de Janeiro de 2019 a Dezembro de 2020. Até o final de 2024, o país espera evitar emissões de 10 milhões de toneladas de carbono.

O Forest Carbon Partnership Facility (FCPF) é uma parceria global de governos, empresas, sociedade civil e organizações de povos indígenas com foco na redução de emissões proveniente do desmatamento e da degradação florestal, conservação de stock de carbono florestal, gestão sustentável de florestas e aumento do stock de carbono florestal em países em desenvolvimento, actividades comumente chamadas de REDD+. Lançado em 2008, o Fundo de Parceria para o Carbono Florestal trabalha com 47 países em desenvolvimento na África, Ásia, América Latina e Caribe, juntamente com 17 doadores que fizeram contribuições e alocações no total de USD 1,3 bilião.

África emite menos gases com efeito de estufa, mas é o continente mais prejudicado

Os países africanos enfrentam um dilema existencial – como fazer avançar a sua transformação económica e o seu caminho de industrialização, ao mesmo tempo em que respondem às acções necessárias em matéria de alterações climáticas.

Foto: Ernesto Hertzberg
Foto: TSP

"A África é o continente que menos contribui para a crise climática, em termos de emissões acumuladas de gases com efeito de estufa em comparação com outros continentes, mas necessita do maior desenvolvimento económico e do maior apoio à criação de emprego", considera o Instituto Tony Blair para Mudança Global.

Através de uma publicação intitulada "A Just Transition for Africa" (Uma transição justa para África), o antigo Primeiro-Ministro britânico defende que, para que tanto o desenvolvimento africano, como a acção sobre as alterações climáticas, sejam

bem-sucedidos, a resposta global precisa de abraçar o potencial de industrialização de África em todas as suas formas, apoiando ao mesmo tempo a transição de baixo carbono do continente tanto quanto possível.

Na opinião do filantropo, a industrialização foi parte integrante da transformação económica dos países de elevado rendimento, com a deslocação de mão-de-obra de sectores de baixo valor, acrescentado para sectores de maior valor acrescentado.

"A transformação económica levou ao aumento da produtividade laboral, ao aumento do PIB per capita, à melhoria dos meios de subsistência, a níveis elevados de emprego e rendimentos, e à redução da pobreza à escala nacional. A industrialização



permitiu que os países de elevado rendimento e de rendimento médio-alto progredissem contra quase todos os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, antes de os objectivos terem sido desenvolvidos e formalizados. O principal motor era o crescimento da indústria transformadora, pelo que as políticas industriais tenderam a concentrar-se no sector transformador", lê-se na publicação.

Segundo o Instituto Tony Blair para Mudança Global, actualmente, a industrialização é entendida num sentido mais amplo, incluindo muitos mais sectores de alto valor acrescentado na indústria transformadora, serviços e agricultura, que criam empregos e aumentam os rendimentos das famílias e as exportações líquidas.

O processo de industrialização permanece no centro do desenvolvimento em África, impulsionando o seu futuro económico e a sua capacidade de criar empregos em escala para uma população jovem em rápido crescimento.

Muitos produtos e sectores industriais que são fundamentais para a industrialização contribuem fortemente para as emissões de gases com efeito de estufa. Estes incluem o aço, cimento, alumínio, plásticos e amoníaco, além de sectores como alimentos e bebidas, têxteis e vestuário, indústrias químicas, e equipamento electrónico e eléctrico. Para estes sectores, os caminhos para uma transição sem carbono permanecem pouco claros devido à falta de disponibilidade de tecnologias e soluções ecológicas, ou ao seu

preço comparativamente elevado em comparação com as soluções tradicionais, o que leva a um elevado prémio verde. As novas tecnologias e soluções são caras e desafiantes em qualquer parte do mundo, com um elevado risco de fracasso e uma visão a longo prazo necessária para o sucesso. A sua aplicação em nações africanas pode revelar-se adicionalmente complexa e requerer apoio personalizado.

Posto isto, o Instituto Tony Blair para Mudança Global considera ser essencial que os países africanos encontrem um equilíbrio realista e pragmático entre seguir as suas vias de industrialização e desenvolvimento e os seus objectivos climáticos, com o apoio dos países de elevado rendimento.

Moçambique quer usar 62 por cento de energias renováveis até 2030

➤ **Compromisso foi assumido nesta terça-feira pelo Primeiro-ministro moçambicano, Carlos Agostinho do Rosário, discursando na Cimeira dos Líderes mundiais no quadro da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, COP-26.**



Texto: António Tavares em Glasgow
Foto: O País

Moçambique transmitiu na terça-feira (2) a sua mensagem ao mundo sobre a emergência de salvar o planeta. Em representação da Nação subiu ao pódio da Cimeira dos Líderes mundiais na COP-26, o Primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, que reiterou o compromisso dos moçambicanos com a transição energética.

"Constitui prioridades para Moçambique a implementação de um programa de transição energética assente numa matriz diversificada, com fontes mais limpas e

amigas do ambiente, que estão em consonância com os programas de desenvolvimento do nosso país", assegurou o Primeiro-ministro, apontando como apostas do país a energia hidroelétrica, solar e eólica.

Mas deixar de produzir energia com base em fontes fósseis tem custos por este processo, segundo o governante, deve ser faseado.

"Moçambique defende uma transição energética para energias mais limpas e amigas do ambiente que seja gradual e faseada de modo a minimizar o impacto no processo de desenvolvimento económico do nosso país".

Nesse sentido, mesmo sendo considerada uma energia não amiga do ambiente, o país pretende fazer o processo de transição energética apostando no gás natural, decisão influenciada pelas descobertas de grandes quantidades deste recurso em território nacional. "Moçambique se propõe a utilizar o gás natural como energia de transição para fontes mais limpas" e com isso, Carlos Agostinho do Rosário deu garantias de que o país tudo fará para "atingir, até o ano 2030, os níveis de 62% da contribuição de energias renováveis na matriz energética nacional no âmbito do alcance dos Objectivos de Desen-

volvimento Sustentável".

APELAMOS À MOBILIZAÇÃO DE MAIS RECURSOS PARA A RESILIÊNCIA

Numa conferência sobre mudanças climáticas, o país não podia passar ao lado dos eventos extremos que têm devastado a Nação. Do Rosário recordou aos presentes da COP-26 que "estamos como país na rota dos eventos climáticos extremos que se registam de forma cíclica e, cada vez mais, frequente e com maior intensidade tais como ciclones, cheias, inundações e secas".

A título de exemplo, disse o Pri-

meiro-Ministro, Moçambique foi afectado, em 2019 e 2020, por 5 ciclones, sendo os ciclones Idai e Kenneth os mais devastadores. Aqueles ciclones provocaram perdas de centenas de vidas humanas, afectaram mais de 800 mil pessoas e causaram elevados danos sociais e económicos, orçados em mais de três mil milhões de dólares norte-americanos.

O governante moçambicano terminou assegurando que "dada a frequência e intensidade com que os eventos climáticos extremos se registam no nosso país, a nossa abordagem está centrada na prevenção, adaptação, mitigação, reassentamento da população virado para o desenvolvimento, construção de infraestruturas resilientes assim como de gestão de recursos hídricos, conforme previsto na nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) actualizada que lançamos, na terça-feira, à margem desta Cimeira". Mas para que isso se concretize, deixou a seguinte mensagem: "apelamos à mobilização de mais recursos, a suavização dos critérios de acesso aos mesmos e transferência de tecnologia".

A cimeira vai até o dia 12 de Novembro e assim dos próximos 10 dias são de reuniões técnicas para o acordo ao detalhe dos terminais que vão corporizar o Acordo de Glasgow. O Egipto candidatou-se para acolher a COP-27 e Moçambique apoia a sua candidatura.

Nyusi diz que respostas às mudanças climáticas em África são ineficazes

➤ **O Presidente da República, Filipe Nyusi, defendeu, na última sexta-feira (29), acções práticas e proactivas na gestão de desastres naturais em África, durante a reunião virtual de Chefes de Estado e de Governo, que inclui Membros do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS-UA).**

Texto: Isabel Moreira
Foto: O País

Falando na qualidade de Presidente do CPS-UA, Nyusi alertou aos Estados-membros e aos parceiros de cooperação da organização para que trabalhassem para a redução de riscos de desastres naturais porque estes entre outros factores têm minado o desenvolvimento do continente.

"A pandemia da COVID-19 exacerbou ainda mais as catástrofes e emergências humanitárias, aumentando exponencialmente a população carente de assistência humanitária. A resposta da COVID-19 continua a requerer capacidade acrescida dos estados membros, dos parceiros de cooperação internacional e do sistema humanitário até aos limites", disse Nyusi.

Segundo o Presidente do CPS-UA, as mudanças climáticas, associadas às tensões políticas, conflitos violentos, terrorismo, entre outros, ameaçam a paz e segurança e constituem causas de deslocamentos forçados do número crescente de pessoas afectadas. Sobre a gestão de desastres naturais e segurança humanitária, Nyusi definiu a necessidade de acções proactivas centradas na segurança humana.

"É tempo de avançarmos por práticas energéticas proactivas no reforço da arquitectura de gestão de risco de desastres, pois estes

ameaçam a segurança humana, detendo a baixo toda conquista e progresso a nossa existência como continente", referiu Nyusi, acrescentando que o desenvolvimento desintegrado, a pobreza e as mudanças climáticas são impulsores de catástrofes, que conjugados com fragilidade institucional e investimento inadequado na adaptação e resiliência, continuam a minar os ganhos de desenvolvimento, incluindo a implementação da agenda 2020-2062, bem como os desafios na implementação de projectos emblemáticos da União Africana, silenciando as zonas em África, cuja implementação agora vai até ao ano 2030.

Para fazer frente às mudanças climáticas, o continente estabeleceu prioridades que assentam no reforço ao financiamento ligados aos riscos de desastres naturais, reconstrução e reabilitação. Alado a isso, está a implementar programas de resiliência a catástrofes e adotou a convenção de Kampala para protecção e assistência de deslocados em África. Ainda assim, o Presidente da República considera a resposta dada às mudanças climáticas ineficaz.

"Não obstante, a resposta africana às mudanças climáticas ainda não é eficaz", sublinhou o Chefe de Estado, acrescentando que "continuamos a suportar o maior peso das mudanças climáticas apesar de contribuímos menos para a emissão de gases que afectam o clima".



Nyusi lembrou aos participantes que Moçambique acolhe o Centro de Operações de Emergências da SADC como parte da estratégia de prevenção, preparação e resposta aos desastres naturais.

"Entendemos que ao escolhermos este centro, representa uma oportunidade para promover e adoptar instrumentos e criação de

instituições que respondam o impacto das mudanças climáticas e outras emergências associadas de forma rápida, ordenada e atempada em qualquer estado membro da região" concluiu Filipe Nyusi.

No encontro virtual, o Presidente da República fez-se acompanhar pela Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, a Mi-

nistria da Terra e Ambiente, a directora-geral do Instituto Nacional de Gestão de Desastres e o embaixador de Moçambique na União Africana. A reunião virtual do CPS-UA, teve como lema "Abordando questões sobre gestão de riscos de desastres em África: Desafios e Perspectivas para a Segurança Humana".

Transição energética não deve ser “a custo do nosso desenvolvimento”

➤ **A posição de Moçambique foi partilhada segunda-feira (01) pelo Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, que representa o Presidente da República, Filipe Nyusi, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas CO26.**



Texto: António Tiva
Foto: O País

Moçambique está determinado a esforçar-se para, até 2030, ter mais de 60 por cento de fontes de energia renováveis. O compromisso foi assumido ontem pelo Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, que discursou na Cimeira de Líderes da COP 26, em representação do Presidente da República, Filipe Nyusi. O Primeiro-Ministro, Carlos Agostinho do Rosário, subiu ao pódio para anunciar a contribuição de Moçambique para o alcance da meta de limitar o aquecimento global em 1,5 por cento até 2030. Mas, sozinho, confessou o Pri-

meiro-Ministro, Moçambique não conseguirá ter recursos necessários para financiar ações estruturantes para fazer face aos impactos das mudanças climáticas.

Na segunda-feira, Carlos Agostinho do Rosário disse que o país está comprometido em fazer a transição do tipo de energia de produção das fontes fósseis para limpas. O Primeiro-Ministro falava em Glasgow, na Escócia, onde lançou o segundo plano nacional para redução das emissões de gases de efeito estufa, denominado Contribuição Nacional Determinada (NDC).

A primeira fase da NDC foi imple-

mentada entre 2018 e 2020, como medida de aplicação dos compromissos saídos em 2015 da conferência ambiental de Paris. São eles o compromisso de reduzir a poluição, através da emissão de dióxido de carbono para o meio ambiente e também a adaptação do país aos impactos das mudanças climáticas.

Mas, por que o pedido de financiamento de Moçambique junto dos países mais desenvolvidos? É que, por exemplo, o Grupo das 20 economias mais industrializadas do mundo, o G20, é responsável por 80 por cento dos gases emitidos para o meio ambiente e, ao limita-

rem as emissões, limitam também as janelas de desenvolvimento para os países como o nosso”.

Dai que, em Paris, se comprometeram a financiar o processo de transição energética para as Nações em desenvolvimento. O Primeiro-Ministro explica que o dinheiro é necessário, porque “temos que ir buscar tecnologia para fazer com que a população se adapte e entenda as novas orientações para que não devaste a floresta. Esta conversão da cultura para aquilo que é necessário fazer exige recursos e tecnologia. Tudo isso está no nosso plano de redução de emissões

de carbono. Venham os que têm tecnologia e os que têm dinheiro”, considerou. Além, viu Carlos Agostinho do Rosário: “o nosso país encontra-se na rota dos fenómenos climáticos extremos que, ultimamente, ocorrem com maior frequência e intensidade. Ao longo dos últimos 40 anos, Moçambique foi assolado por 21 ciclones tropicais, 20 inundações e 21 secas. Em 2019, Moçambique foi atingido pelos ciclones Idai e Kenneth”. A terminar, chamou atenção de que “é o nosso desafio, de facto, transformar este plano em ações. Tirar o plano do papel para o terreno”.

A contribuição nacionalmente determinada de Moçambique é implementada em parceria com outros países em vias de desenvolvimento e que estão a tomar iniciativas rumo ao alcance da meta de redução das emissões até 2030. De acordo com o diretor nacional para as Mudanças Climáticas no Ministério da Terra e Ambiente, o plano lançado na segunda-feira em Glasgow é mais ambicioso nos compromissos.

“No plano passado, nós tínhamos uma quantidade de 31 milhões de toneladas de dióxido de carbono por reduzir e podem ver agora que as metas subiram. Então, há um trabalho que foi feito com as metas, mas também com a orçamentação, que é uma forma de termos um plano operacional e com o envolvimento de todos para podermos alcançar e dar a nossa contribuição no que diz respeito a estas questões das mudanças climáticas”, afirmou Cláudio Afonso.

Moçambique quer usar 62 por cento de energias renováveis até 2030

➤ **Compromisso foi assumido nesta terça-feira pelo Primeiro-ministro moçambicano, Carlos Agostinho do Rosário, discursando na Cimeira dos Líderes mundiais no quadro da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, COP-26.**



Texto: António Tiva em Glasgow
Foto: O País

Moçambique transmitiu na terça-feira (2) a sua mensagem ao mundo sobre a emergência de salvar o planeta. Em representação da Nação subiu ao pódio da Cimeira dos Líderes mundiais na COP-26, o Primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, que reiterou o compromisso dos moçambicanos com a transição energética.

“Constitui prioridade para Moçambique a implementação de um programa de transição energética assente numa matriz diversificada, com fontes mais limpas e

amigas do ambiente, que estão em consonância com os programas de desenvolvimento do nosso país”, assegurou o Primeiro-ministro, apontando como apostas do país a energia hidroelétrica, solar e eólica.

Mas deixar de produzir energia com base em fontes fósseis tem custos por este processo, segundo o governante, deve ser faseado. “Moçambique defende uma transição energética para energias mais limpas e amigas do ambiente que seja gradual e faseada de modo a minimizar o impacto no processo de desenvolvimento económico do nosso país”.

Nesse sentido, mesmo sendo considerada uma energia não amiga do ambiente, o país pretende fazer o processo de transição energética apostando no gás natural, decisão influenciada pelas descobertas de grandes qualidades deste recurso em território nacional.

“Moçambique se propõe a utilizar o gás natural como energia de transição para fontes mais limpas” e com isso, Carlos Agostinho do Rosário deu garantias de que o país tudo fará para “atingir, até o ano 2030, os níveis de 62% da contribuição de energias renováveis na matriz energética nacional no âmbito do alcance dos Objetivos de Desen-

volvimento Sustentável”.

APELAMOS À MOBILIZAÇÃO DE MAIS RECURSOS PARA A RESILIÊNCIA

Numa conferência sobre mudanças climáticas, o país não podia passar ao lado dos eventos extremos que têm devastado a Nação. Do Rosário recordou aos presentes da COP-26 que “estamos como país na rota dos eventos climáticos extremos que se registam de forma cíclica e, cada vez mais, frequente e com maior intensidade tais como ciclones, cheias, inundações e secas”.

A título de exemplo, disse o Pri-

meiro-Ministro, Moçambique foi afetado, em 2019 e 2020, por 5 ciclones, sendo os ciclones Idai e Kenneth os mais devastadores. Aquelles ciclones provocaram perdas de centenas de vidas humanas, afetaram mais de 800 mil pessoas e causaram elevados danos sociais e económicos, orçados em mais de três mil milhões de dólares norte-americanos.

O governante moçambicano terminou assegurando que “cada a frequência e intensidade com que os eventos climáticos extremos se registam no nosso país, a nossa abordagem está centrada na prevenção, adaptação, mitigação, reassentamento da população virado para o desenvolvimento, construção de infraestruturas resilientes assim como de gestão de recursos hídricos, conforme previsto na nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) atualizada que lançamos, na terça-feira, à margem desta Cimeira”. Mas para que isso se concretize, deixou a seguinte mensagem: “apelamos à mobilização de mais recursos, a suavização dos critérios de acesso aos mesmos e transferência de tecnologia”.

A cimeira vai até o dia 12 de Novembro e assim dos próximos 10 dias são de reuniões técnicas para o acordo ao detalhe dos termos que vão corporizar o Acordo de Glasgow. O Egito candidatou-se para acolher a COP-27 e Moçambique apoia a sua candidatura.

ACNUR propõe medidas urgentes para mitigação do impacto do clima sob deslocados

Recentemente foi estabelecida uma ligação clara entre as emergências climáticas e o deslocamento forçado, disse o ACNUR, a Agência da ONU para os Refugiados, implorando aos líderes que transformem as palavras em acção e aumentem o apoio às pessoas forçadas a fugir e seus anfitriões, para evitar e mitigar possíveis perdas e danos nas regiões mais vulneráveis.

A medida em que a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26) chega em sua última semana e se concentra a discutir a adaptação climática, o ACNUR pediu mais assistência aos países e comunidades mais afectados pela emergência climática, que por sua vez acabam sendo os mais negligenciados em termos de apoio.

O foco precisa ser canalizado para projectos de adaptação baseados na comunidade, projectos estes que ajudem milhões de indi-

víduos que lutam contra os efeitos catastróficos da mudança climática, muitos dos quais foram deslocados de forma recorrente.

"A maioria das pessoas que apoiamos vêm de países na linha de frente da emergência climática ou estão hospedados em Estados igualmente afectados", disse Filippo Grandi, o Alto-comissário da ONU para Refugiados.

"Eles enfrentam desastres climáticos, como enchentes, secas e desertificação. Isso destrói os meios de subsistência, aumenta a possibilidade de conflitos e força as pessoas a se deslocarem. Precisamos urgentemente de um novo pensamento, inovação, financiamento e vontade política apenas para conter a situação – e mais esforços ainda para efectivamente começar a ver mudanças".

Em Glasgow, o Conselheiro Especial do ACNUR para Acção Climática, Andrew Harper, destaca o

impacto das mudanças climáticas sobre os deslocados. Noventa por cento dos refugiados sob o mandato do ACNUR e 70 por cento dos deslocados internos são de países vulneráveis e menos preparados para se adaptar.

Outros milhões são forçados a deixar suas casas todos os anos devido aos desastres. O Sr. Harper destaca como as mudanças climáticas estão ampliando ainda mais as vulnerabilidades em muitas regiões que hospedam pessoas deslocadas.

No Afeganistão, o aumento das temperaturas e as secas exacerbaram os efeitos de 40 anos de guerra, agravando a escassez de alimentos em um país com mais de 3,5 milhões de pessoas deslocadas internamente.

Em Moçambique, os ataques dos grupos armados não estatais e os eventos climáticos forçaram a fuga de mais de 861.000 pessoas, en-

quanto o país ainda tenta se recuperar das consequências trazidas pelos ciclones.

No Sahel, as temperaturas sobem 1,5 vezes mais rápido do que no resto do mundo, e os impactos relacionados ao clima aumentam a concorrência por recursos em áreas onde grupos armados já exploram a fraca governança, pobreza e tensões étnicas.

Apoiando a Estratégia Integrada da ONU para o Sahel, o ACNUR reuniu especialistas para fazer parte de um projecto inter-agencial cujo objectivo é analisar como as mudanças climáticas afectarão os riscos já existentes e para apoiar os esforços de desenvolvimento humanitário e de construção da paz. O ACNUR trabalha em 130 países oferecendo protecção e assistência, e apoiando comunidades deslocadas e anfitriões para se adaptarem e criarem soluções em um clima cada vez mais inóspito. "Operamos

em muitas áreas que já estão passando pelo impacto devastador do aumento de 1,5 grau na temperatura", disse Harper.

"Não podemos esperar por mais COPs e mais compromissos não cumpridos. Os deslocados e seus anfitriões precisam de ajuda agora - para construir resiliência que os permitam resistir ao aumento iminente de eventos climáticos extremos.

Grandi acrescentou: "O deslocamento forçado está entre as consequências humanas mais devastadoras das mudanças climáticas e mostra as profundas desigualdades em nosso mundo.

A parceria com aqueles que já sofrem os efeitos das mudanças climáticas, especialmente aqueles que foram forçados a deixar suas casas, é fundamental para soluções bem-sucedidas. Mas eles precisam de apoio internacional e precisam agora."

PMA apoia pequenos agricultores com medidas de resiliência climática para a campanha agrícola 2021-2022

➤ O Programa Mundial para a Alimentação (PMA), em parceria com o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e parceiros locais, está a apoiar a preparação de extensionistas e pequenos agricultores para a próxima campanha agrícola com medidas de resiliência climática nas províncias de Gaza, Tete e Sofala. Espera-se que os agricultores consigam ser mais resilientes para proteger os seus meios de subsistência frente aos choques climáticos na campanha agrícola 2021-2022.

Cerca de 130 extensionistas dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) e dos parceiros de cooperação (Action Aid, CCM, Kulima, ACEAGRARIOS, ADRA) foram capacitados com medidas de resiliência climática rural. Os extensionistas são os multiplicadores do conhecimento e estão a treinar aproximadamente 10 mil pequenos agricultores naquelas províncias.

Entre os meses de Agosto e Outubro, os extensionistas e pequenos agricultores de Gaza, Tete e Sofala receberam treinamentos sobre boas práticas de agricultura, assim como medidas de resiliência climática.

As medidas de resiliência climática incluem a partilha de informações climáticas e interpretação das previsões meteorológicas recebidas pelo INAM e disseminadas pelas rádios locais a fim de mitigar os riscos de desastres e adaptar as actividades rurais, o mapeamento dos recursos disponíveis, a selecção de culturas mais apropriadas, o manejo de pragas, entre outras actividades.

"Esperamos que este programa de resiliência ajude a reduzir as perdas agrícolas e proteja a segurança alimentar e os meios de subsistência de mais de 50 mil pessoas",



disse Pierre Lucas, director nacional adjunto do PMA. A metodologia utilizada pelos extensionistas e pequenos agricultores para a resiliência climática

é chamada Serviços Climáticos Integrados Participativos para a Agricultura (PICSIA, na sigla em inglês), que apoia os produtores na tomada de decisões informadas

pelo clima, desenvolvida pela Universidade de Reading e implementada pelo PMA há dois anos em Moçambique. "O nosso objectivo é que as agricul-

tores e os agricultores sejam mais resilientes às mudanças climáticas, controlando melhor o risco ligado ao clima", acrescentou Lucas. Uma consulta após a colheita passada com 340 agricultores com treinamento da metodologia revelou que 80% considerou a aprendizagem útil para o planeamento e tomada de decisão. Quase todos os entrevistados (96%) adaptaram a sua forma de cultivar, com mudanças de culturas, de data de plantio e alterações no manejo do gado. A maioria dos agricultores considerou-se mais capacitada para lidar com os desafios ligados ao clima (72%) e que os resultados trouxeram melhoria na sua segurança alimentar (71%) e renda (67%).

A iniciativa para a resiliência dos pequenos agricultores moçambicanos acontece graças a parceiros como a FAO no projecto Acção Pró-Resiliência (PRO-ACT), financiado em USD três milhões pela União Europeia. E também é aplicada a outros projectos do PMA financiados pela Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA) em USD 5,7 milhões, a Agência Flamenga de Cooperação Internacional (FICA) em USD 2,5 milhões e o Green Climate Fund (GCF) em USD 9,25 milhões.